



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciência Política – IPOL
Bacharelado em Ciência Política

Crise de representação e processo de renovação política no Brasil

Gabriel Felipe Monteiro da Silva

Brasília, julho de 2019

Gabriel Felipe Monteiro da Silva

Crise de representação e processo de renovação política no Brasil

Monografia apresentada ao Instituto de Ciência Política (IPOL) da Universidade de Brasília (UnB) como exigência para obtenção do título de bacharel em Ciência Política, sob a orientação da Professora Marília Silva Oliveira.

Brasília, julho de 2019

Gabriel Felipe Monteiro da Silva

Crise de representação e processo de renovação política no Brasil

Monografia apresentada ao Instituto de Ciência Política (IPOL) da Universidade de Brasília (UnB) como exigência para obtenção do título de bacharel em Ciência Política, sob a orientação da Professora Marília Silva Oliveira.

Prof^a Dr^a Marília Silva de Oliveira

Orientadora

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Déborah, sem a sua criação e apoio este trabalho não teria sido possível.

Ao meu pai, Alan, sem seu sacrifício, trabalho duro e confiança eu não seria nada.

Aos meus irmãos, Pedro Alan e Miguel, que desde cedo me ensinaram o valor do amor e da responsabilidade com a família.

À Fernanda, que me mantém focado e me afasta de qualquer negatividade, com muita paciência e muito amor.

À minha vovó, Gladys, que me proporciona muito carinho e segurança. Serei eternamente grato.

À minha sogra, Olga, que me enriquece com suas sábias palavras e ensinamentos diários.

Ao João, que conseguiu me manter calmo e sereno com sua amizade e com convites para me distrair da pressão e ansiedade de um semestre de monografia.

Ao Daniel, que literalmente me salvou no momento mais difícil desse semestre.

Ao Brothers, que me mantém saudável através de apoio, risadas e da certeza de que posso contar com cada um sempre.

À Princesa Leia e Beury, que, independente de ser dia ou noite, me fazem sorrir e me dão carinho incondicional.

À professora Marília Silva de Oliveira, que me orientou com paciência, sabedoria e mais paciência. Sou grato pela oportunidade de ser seu orientando. Obrigado pela compreensão, pelas inúmeras sugestões de textos, pesquisas e puxões de orelha. Sem a senhora esse trabalho jamais sairia do rascunho.

Ao Rassocie, que por muito tempo me acolheu em suas reuniões, me ensinando os valores e práticas necessárias para realizar pesquisas de qualidade, além de diversas discussões sobre os temas mais variados, todos com imensa importância para o cenário político brasileiro e seu potencial. Em especial, agradeço à professora Debora Cristina Rezende de Almeida pela sua dedicação à profissão, cujas ricas contribuições acadêmicas me serviram de base para a pesquisa e de inspiração para a vida.

Resumo

Atualmente o Brasil se encontra em um momento de crise de representação política. Dentre os diversos motivos, os principais são a desconexão entre as promessas de campanha e as ações pós-eleições dos representantes eleitos, práticas corruptas, troca de favores para benefícios pessoais. Desse cenário, organizações civis apartidárias surgem com o objetivo de renovar a representação através de medidas que fazem contraponto às práticas negativas da política atual. Práticas de transparência e responsabilidade com princípios e valores como ética, justiça social, amizade cívica, e a ação política baseada nesses ideais, e não nos benefícios pessoais. A sugestão de uma postura tolerante, marcada pelo diálogo e pelo convencimento racional argumentativo também permeia os objetivos dessas organizações, além da convocação da população para legitimar esse movimento. O objetivo desse trabalho é identificar quais são as lacunas que a chamada Velha Política deixa, quais são as organizações que surgem desse momento, quais são suas críticas e soluções para esses problemas. Essa análise será baseada na teoria representativa participativa e nas informações veiculadas por essas organizações civis apartidárias. Além disso, foram entrevistados indivíduos que sentiram a necessidade de participar desse momento de renovação e se candidatarem a cargos públicos carregando os ideais da Nova Política, sendo candidatos por partidos que enxergaram a necessidade de mudança para que a democracia brasileira se torne uma prática sólida e positiva para seus cidadãos.

Palavras-chave: representação, organizações civis, apartidárias, renovação, transparência, diálogo, população, Velha Política, Nova Política, democracia.

Abstract

Currently, Brazil faces a period of political representation crisis. Among various motives, the main are the disconnection between the campaign promises and the post-election actions of the elected representatives, corrupt practices, and trade of favors for personal benefit. In this scenario, civil nonpartisan organizations rise with the objective of renewal to the representation through measures that contradict the negative practices of the current politics. Practices of transparency and responsibility with principles and values like ethics, social justice, civil friendship, and political action based on these ideals, instead of personal benefit. The suggestion of a tolerant posture, marked by the dialog and rational argumentative convincing also permeates the goals of these organizations, other than the summons of the population to legitimize such movement. The objective of this job is to identify what are the gaps that the so-called Old Politics leaves behind, which are the organizations that surge from this movement, and what are its critiques and solutions for these issues. This analysis will be based on the representative participative theory and the information driven by these civil nonpartisan organizations.

Keywords: representation, civil organizations, nonpartisan, renewal, transparency, dialog, population, Old Politics, New Politics, democracy.

SIGLAS

Iuperj – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro

CLDF – Câmara Legislativa do Distrito Federal

RAPS – Rede de Ação Política Sustentável

OP – Orçamento Participativo

ONU – Organização das Nações Unidas

PT – Partido dos Trabalhadores

PV – Partido Verde

MBS – Movimento Brasil Sustentável

ONG – Organização Não Governamental

BBC – British Broadcast Corporation

Inspere – Instituto de Ensino e Pesquisa

MBL – Movimento Brasil Livre

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento

DF – Distrito Federal

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 DISCUSSÃO TEÓRICA	13
3 NOVA POLÍTICA	19
3.1 RAÍZES E ASCENSÃO DO TEMA DA NOVA POLÍTICA	19
3.2 LIMITES E DIFICULDADES DO ATUAL CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO PARA A INSERÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES CIVIS DA NOVA POLÍTICA.....	24
3.3 ORGANIZAÇÕES CIVIS DA NOVA POLÍTICA: SURGIMENTO, PRINCÍPIOS E PROPOSTAS.....	26
4 ENTREVISTAS.....	33
5 RESULTADOS.....	47
6 CONCLUSÃO	49
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	50

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, o Brasil se vê em um momento de crise de legitimidade das suas instituições representativas, bem como da democracia de forma geral. Alguns fatores relevantes para a formação dessa crise são a falta de confiança da sociedade tanto nas instituições como nos políticos; falta de conexão entre as promessas em período eleitoral e as ações tomadas uma vez conquistado um cargo nessas esferas, além da ausência de maneiras de controle social sobre esses governantes; falta de transparência quanto as ações dos representantes; atitudes que promovem o benefício não da sociedade, mas daqueles sob o interesse do ator político em questão (conluíus, negociações, troca de favores, vista grossa às irregularidades dos aliados, etc). (DANTAS, 2014)

Porém, há diversas reações a essas práticas negativas. E um conjunto de práticas está sendo defendido em detrimento desse formato antigo. Discussões sobre modelos com maior participação popular, maior transparência do Governo, maior debate entre as diferentes ideologias estão em ascensão e são cada vez mais discutidos. Entre esses modelos, ideias e sugestões que estendem a participação além do voto, como referendos, plebiscitos, veto popular, *recalls*, orçamentos participativos; maior *accountability* entre os representantes e representados; maior transparência tanto de veículos oficiais do Estado quanto dos próprios atores políticos, principalmente nas redes sociais, como Facebook e Twitter; maior conscientização política da população para que esta compreenda o funcionamento da política e analise, vigie e cobre seus representantes, garantindo (ou contribuindo para) uma maior conexão entre as promessas e ações dos representantes.

Algumas das sugestões acima mencionadas foram postas em prática durante governos específicos no Brasil, tanto em âmbito municipal e regional, quanto nacional, como as instituições participativas e ações de conscientização de atores de organizações civis. Mas esse não é o padrão brasileiro. Inclusive, atualmente essas práticas de maior diálogo com o povo estão sendo rebatidas pelo atual governo, que atua muito mais por decretos do que com diálogo com a população. De fato, entre 2010 e 2017, uma pesquisa mostrou que o brasileiro está mais consciente da responsabilidade que carrega das decisões políticas bem como mais ciente das dificuldades do país e deseja mais compromisso e ética da sociedade brasileira como um todo. De fato, houve uma evolução de maior empoderamento e confiança em si mesmo, baseando-se na educação como ferramenta de transformação individual. Segundo os especialistas que conduziram essa pesquisa, essa evolução pode estar relacionada às experiências desses

governos inclusivos, que atenderam as necessidades básicas dessa população e permitiu esse salto de conscientização.¹

Schmitt, doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), suspeita que a própria rotinização da democracia, algo raro na existência republicana brasileira, contribuiu para elevar o grau de conscientização do brasileiro médio. Segundo ele, práticas democráticas como alternância pacífica do poder, liberdade de opinião, mobilidade social geram efeitos positivos sobre a cultura política brasileira.²

Esses modelos, juntamente a maiores possibilidades de comunicação em tempo real entre indivíduos, proporcionam novas ações entre representado/representante. O representante pode: questionar diretamente a população sobre algum assunto específico; pode captar informações sobre os assuntos demandados (condições de hospitais e escolas, andamento de obras públicas, atualizações sobre alterações na Lei, posicionamento sobre algum tema em destaque, questões polêmicas etc.); pode gerar dados, tirar fotos, gravar vídeos e fazer *lives*. Enquanto isso, os representados: recebem uma quantidade maior de informação de fontes oficiais; acompanham os passos de seus representantes de forma mais acurada; cobram por certos posicionamentos que divirjam do discurso e das narrativas dos governantes, possibilitando menos contradições, ou pelo menos evidenciá-las de forma mais clara; cobram ações prometidas em campanha, ou explicações sobre o não-cumprimento; o representado, sendo figura pública, está sujeito a ser gravado/filmado/fotografado por um cidadão, o que aumenta o poder de cobrança da sociedade perante alguma ação indevida dos representados.

É importante ressaltar, porém, que essas práticas citadas no parágrafo anterior são praticadas por um número ainda pouco expressivo de parlamentares no Brasil. Mas esses indivíduos defendem que a política pode ser feita de forma mais participativa e transparente, estreitando suas relações com a população. E, a médio e longo prazo, essas práticas podem servir de exemplos para novos atores políticos além de auxiliar na maior instrução do povo brasileiro.

¹ Brasileiro está mais consciente de sua responsabilidade social. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-10/brasileiro-esta-mais-consciente-de-sua-responsabilidade-social-mostra-pesquisa>>. Acesso em: 22 de junho de 2019.

² O brasileiro está se politizando. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/opiniaocolumnas/o-brasileiro-esta-se-politizando/>>. Acesso em 22 de junho de 2019.

Há, devido a todas essas novas práticas possíveis, uma mudança acerca das estratégias dos políticos e candidatos para obterem a confiança do eleitorado. Os palanques de antigamente são substituídos (ou agora dividem espaço) por redes sociais e uma atuação mais próxima, em contraponto ao maior contato apenas em períodos eleitorais.

Essa dualidade entre as práticas antigas, que acabaram gerando essa crise de representatividade, e esse conjunto de novas ideias e sugestões, chamada de Nova Política, acabou criando lacunas no cenário político atual que devem ser analisadas para compreender esse momento de transformação política no país.

Assim, o objetivo do presente trabalho é caracterizar e identificar quais são as principais diferenças entre a Velha Política e a Nova Política, e avaliar como novos atores enxergam essas diferenças e quais são suas propostas para solucionar essa aparente crise política que vive o Brasil atual. Quais os problemas da política atual que motivaram a ascensão de novas organizações e atores da sociedade e quais são as propostas destes para resolver essa questão. O foco do trabalho é verificar se há de fato uma proposta de maior participação popular ou um aprimoramento das instituições representativas, os partidos políticos, que também são alvos de críticas.

Dessa forma, em um âmbito mais prático, mostrou-se necessária, e possível, a possibilidade de entrevistar indivíduos que recentemente sentiram a necessidade de se engajarem em prol desse novo formato de se realizar a política. Saber suas opiniões sobre o que significa a “Nova Política”, quais são suas principais ferramentas, ao que, exatamente, essas novas ferramentas se contrapõem nas práticas antigas, ou Velha Política. Como implementar essas ideias, qual o papel da sociedade nesse processo de transformação. Qual a opinião deles sobre novas organizações cívicas que surgem em meio a esse processo. Como essa reconfiguração política ainda se encontra em seu início, é necessário procurar formas de defini-la e categorizá-la, a fim de se enxergar com maior clareza e compreender seus limites e pontos em que são necessários diferentes abordagens e reconfigurações.

A metodologia escolhida foi a realização de entrevistas com novos candidatos à Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), que participam de novos partidos e movimentos, a fim de compreender suas indignações, suas motivações, suas propostas para resolver esses problemas da política atual, qual a importância desse movimento da Nova Política para solucionar a “crise” de legitimidade que a democracia brasileira aparentemente vive na atualidade. A coleta de dados se deu através de entrevistas estruturadas. O questionário, que

possui 11 perguntas, foi previamente construído, revisado pela orientadora e são perguntas que esclarecem ao leitor as opiniões e posicionamentos desses novos atores em relação ao tema proposto (a configuração de uma Nova Política) de forma detalhada.

As linhas teóricas utilizadas para analisar tanto o movimento da Nova Política quanto esses dados colhidos através das entrevistas são principalmente as correntes participacionistas. A teoria representativa participativa concentra sua análise nessas práticas que aproximam o representante dos representados, dando-lhes maior autonomia e poder de cobrança e vigilância sobre as ações dos representados. Há também a presença de ideias federalistas e deliberativas, porém mais pontuais. Há, além de ideias e sugestões, também alguns limites práticos que essas ideias encontram uma vez que elas alcançam o mundo real da política e da sociedade. Portanto, é mister ter essas informações claras no momento de avaliar a opinião desses novos atores, a fim de identificar pontos positivos e negativos, e contribuir para esclarecer esse momento de renovação política que o Brasil vive atualmente.

O trabalho se organiza da seguinte maneira: após a introdução, há uma seção de discussão teórica, onde será apresentada as principais ideias das correntes teóricas, os argumentos dos autores, de forma a apresentar um problema sobre a atual representação no Brasil. A teoria participativa, inclusive, auxilia a descrever melhor o movimento da Nova Política no país.

A seção seguinte se concentra em esclarecer o que é a Nova Política, e qual a discussão gerou esse fenômeno. Compreender as diversas partes que dialogam sobre essas novas práticas, quais organizações surgem desse momento de discussão e como elas atuaram nas últimas eleições de 2018. Algumas organizações que surgem desse momento são, por exemplo, o Movimento Agora!; Movimento Acredito; Rede de Ação Política Sustentável (RAPS); RenovaBR; Nós; Muitas. Essa seção explicará melhor o ponto de vista de cada uma delas.

A próxima seção são as entrevistas de fato, e a análise das falas dos entrevistados, de forma a identificar se o pensamento destes está coeso com o que dizem as teorias participacionistas e o que é a Nova Política, conforme trabalhado nas duas seções anteriores.

Após isso, haverá uma conclusão analítica. Um resumo do trabalho conectando a teoria, a discussão sobre Nova Política e a fala dos entrevistados.

2 DISCUSSÃO TEÓRICA

A democracia é debatida por várias correntes teóricas. Segundo Quintão (2014), um modelo caracterizado como liberal representativo interligado à realidade econômica do capitalismo ganhou maior destaque devido as contribuições de Joseph Schumpeter, com destaque para a obra *Capitalism, socialismo and democracy* (1943). Essa corrente defende um papel minimalista da democracia, com foco a uma restrição combinada da participação popular na política, limitada à escolha dos representantes no período eleitoral. Além disso, há uma preocupação em promover um funcionamento das instituições formais de forma a gerar decisões de caráter racional e técnico. (QUINTÃO, 2014, p.54)

Assim, as teorias participacionistas, como a participativa e deliberativa, surgem como uma reação teórica à hegemonia da corrente liberal representativa. Ambas buscam, de formas diferentes, incluir o cidadão nas esferas políticas, sugerindo novas esferas, bem como sugerindo também uma reconfiguração das relações entre representantes e representados. (QUINTÃO, 2014, p. 54-55)

Ainda segundo Quintão (2014), o modelo participativo surge de movimentos de contestação, principalmente estudantis, nos países europeus desenvolvidos durante os anos 1960. O autor destaca o caráter de recolocar os conceitos de igualdade, liberdade e democracia como direitos e funções do próprio cidadão. As desigualdades sociais cunhadas pelo sistema capitalista, sob uma ótica marxista, marcam a sociedade e impede que indivíduos com condições de vida desiguais tenham na prática direitos iguais e condições semelhantes de participar e influenciar as decisões do sistema político. (QUINTÃO, 2014, p.57)

As contribuições da corrente participativa servem de exemplo para relacioná-la aos problemas elencados na recente discussão que levou o Brasil a crise de representatividade. Quintão (2014) apresenta uma análise sobre as contribuições de Carole Pateman para a corrente participativa, principalmente através da obra *Participação e Teoria Democrática* (1992), no qual, segundo ele, a autora contesta o modelo defendido por Schumpeter, e organiza uma análise com base em autores que compartilham da sua visão de necessidade de uma maior participação da população, como Jean Jacques Rousseau, John Stuart Mill, e C. D. H. Cole. Ela une as ideias de que a participação política carrega consigo o potencial educador da sociedade, de Rousseau, e destaca que as diferenças sociais não deveriam servir de filtro para a participação social na política. De Mill, ela extrai a participação a nível local nas decisões políticas tanto do

Estado quanto da vida privada, sendo estas experiências também detentoras do potencial educador da sociedade. (QUINTÃO, 2014, p. 58)

Dessa forma, a corrente participativa alerta para que as diferenças sociais não sejam barreiras para a plena participação de forma igualitária. A participação efetiva seria um processo em que todos, igualmente, determinariam as decisões políticas. Assim, apenas estar presente ou ter “influência” não é suficiente para atender a noção de participação elencada por Pateman. (QUINTÃO, 2014, p. 58)

No atual momento em que vive o Brasil, profundamente marcado por desigualdades sociais, é importante que essa igualdade proposta por Pateman seja considerado, a fim de evitar que os mais privilegiados, apesar de em teoria, serem iguais aos menos favorecidos perante à Lei, terem uma influência de decisão muito superiores a estes últimos não só no âmbito político, mas também no econômico e até cultural.

Muitos problemas elencados pelo momento de crise política no Brasil alertam para a exclusão de conflitos na política, ou de não incluir diferentes posicionamentos, como de minorias sem representação efetiva nas esferas formais de decisão. Esses problemas serão melhores exibidos na próxima seção.

Segundo Almeida (2015), em importante livro sobre representação política, Rosanvallon realça a necessidade de conflito na política democrática, claro que um formato de conflito específico e não qualquer conflito, como a expressão das diversas vontades dessa multiplicidade apresentada por uma sociedade cada vez mais complexa, inclusive atribuindo novas atividades à essas sociedades, como vigilância, prevenção e julgamento de seus representantes. Essas ideias contribuem para solucionar o problema que a desigualdade social causa na inserção de demandas e problemas elencados pelos diversos setores da sociedade brasileira, principalmente os menos privilegiados, as minorias. (ALMEIDA, 2015, p.41)

A realidade inglesa nos ajuda a compreender como a participação popular além das vias eleitorais auxilia que as instituições transpareçam de forma mais eficaz as demandas e vontades da própria sociedade. Almeida (2015) demonstra que a sociedade inglesa não apenas delegava poder ao rei, mas exerciam diversas formas de representação, como associações, sociedades, uniões. Ao agir por esses meios, havia maior questionamento sobre as ações do Parlamento. Esses formatos “informais” complementam a ação “formal” da política inglesa. Inclusive, os *outcomes* desses meios informais moldavam as ações das instituições representativas. De certa

forma, o Parlamento compreendia as vontades populares através das reivindicações desses meios complementares à esfera formal de decisão política. (ALMEIDA, 2015, p.47)

Essas práticas, fruto de uma intensa interação entre rei, Parlamento e conselho régio, segundo Almeida (2015), contribuíram para a presença, na população, de um sentimento de pertencimento às esferas de decisões de poder, fazendo-as enxergarem um papel importante na legitimação dessas instituições formais, que, ao incluírem aqueles que sofrerão as consequências das decisões, se torna essencial para seu bom funcionamento e para a aceitação pública das decisões, que, nesse formato, é mais improvável que os *outcomes* sejam divergentes das vontades da população. E essa prática deve existir em um momento de crise das decisões de representantes que, de tão discricionárias, como o caso do Brasil, levou a população a um sentimento de total descrença e apatia política, um fenômeno perigoso para a manutenção da democracia e do seu próprio funcionamento (ALMEIDA, 2015, p. 46)

Claro que essas práticas informais devem ser seguidas por um funcionamento institucional formal que traduza as inúmeras vontades dos diversos setores sociais através de acordos. Não acordos em sentido de troca de favores, mas no sentido de haver um acordo em como as ideias serão debatidas. Aqui, Almeida (2015) explica a conceituação de Mill de que o modelo institucional inglês não evoluiu na mesma proporção que a sociedade, marcada profundamente pela Revolução Industrial. E é importante na medida em que sua sugestão é um funcionamento do Parlamento que dê voz a esses diversos novos setores. E, atualmente, a não inclusão de certas pautas de minorias nas esferas de debate formais do Brasil é, de certa forma, um ponto relevante quando se analisa o atual momento político em crise representativa no Brasil. As minorias, que não são menos importantes que a maioria, não se sentem representadas em um sistema sem (ou com pouco) diálogo entre os atores com opiniões divergentes. (ALMEIDA, 2015, p. 69)

Almeida mostra quão importante foi a questão das petições, analisado por Zaret (1996). As petições serviam como uma garantia do posicionamento da organização em questão. E, a questão numérica traz legitimidade em termos democráticos. Portanto, esse é um formato interessante de demonstrar apoio popular a uma causa, guiando o Parlamento a levar aquele posicionamento em consideração. Além disso, a evolução da tecnologia de impressão e veiculação de notícias, aliado a ideia de petições, ajudou a cunhar o fenômeno da opinião pública. As petições são uma forma de diálogo entre a população, organizada através de algum movimento, e o Parlamento. E, como vemos na teoria participativa, o diálogo é um elemento

central para que decisões oficiais levem em consideração diversos pontos de vista, e não apenas os das pessoas em posição de definir esses *outcomes*. (ALMEIDA, 2015, p. 48)

Almeida (2015) ainda elenca um argumento vital nas contribuições de Macpherson em relação a participação da população geral nas esferas de decisão. Segundo ela, o poder educativo que essa inclusão tem é crucial para que a massa saia do estado de apatia. “Se aprende a participar participando. As qualidades exigidas para o bom funcionamento do sistema participativo são aquelas que o próprio processo de participação desenvolve e estimula.” (ALMEIDA, 2015, p.109)

Ainda nessa questão da inclusão de participação, mas utilizando argumentos de outra corrente teórica, a deliberativa, Almeida (2015) utiliza a argumentação de Benhabib da necessidade de conflito de interesses e cooperação. Ambos, quando pensados juntos, dão um caráter positivo para o debate, levando os diversos pontos de vista a serem escutados pelas diversas partes, que, pensando cooperativamente, tornam a chance de uma decisão que seja mais adequada para as diversas demandas, ou menos danosas, uma vez que os diversos pontos de vista foram levados em consideração na hora da tomada de decisão. E isso ocorrendo múltiplas vezes em diversos temas causa, a longo prazo, decisões mais próximas de todas as partes envolvidas. E, a política brasileira sofrendo dificuldades em apresentar decisões desse caráter, pode englobar esses princípios e valores para aproximar a realidade brasileira à realidade defendida pelos teóricos, e a prática inglesa, por exemplo, onde essas práticas ocorrem com mais naturalidade, devido a anos de experiência. (ALMEIDA, 2015, p.133)

“É por meio da rede interligada dessas múltiplas formas de associações, redes e organizações que uma “comunicação pública” anônima resulta. Para o modelo deliberativo de democracia é central que se privilegie essa esfera pública de redes mutuamente justapostas e entrelaçadas e as associações de deliberação, contestação e argumentação”. [...] (BENHABIB, 1996, p.73-74, apud ALMEIDA, 2015, p. 133)

Toda discussão sobre maior participação popular e a defesa do diálogo das diversas partes como processo com maior potencial de adequação entre decisões institucionais e demandas populares é sem sentido se as intenções dos representantes não forem direcionadas ao bem comum, ao convencimento baseado na argumentação técnico-racional entre as diversas partes distintas da sociedade. De fato, a corrente federalista na realidade estado-unidense trata dos deveres de um representante e alerta para certas práticas que afastam as decisões institucionais das vontades populares. Almeida (2015) demonstra que o aparente sucesso teórico da corrente federalista é proveniente de duas variáveis: a de que as eleições são capazes

de eleger os melhores nomes da sociedade para governar. Além disso, a partir de uma visão realista da política, o equilíbrio de poderes proveniente da noção de *checks and balances* exerce uma função preventiva à excessos e corrupção dos representantes. (ALMEIDA, 2015, p.61)

A discussão federalista ainda elenca as funções e deveres de um representante, e estas são fundamentais para as práticas defendidas até aqui. Almeida (2015) mostra que os federalistas enxergavam de forma pejorativa os interesses dos representantes, chamando-as de “paixões”, com sentido de ganho imediato e individual, em detrimento dos valores que foi eleito para proteger, além de respeitar os demais representantes. A função dos representantes é, portanto, filtrar essas paixões, desarmá-las e manter o interesse geral da população no seio da discussão das esferas de tomada de decisão. Percebe-se que as práticas temidas pelos teóricos federalistas ocorrem na realidade brasileira, através de esquemas de apoio de diversos atores, estes praticantes de atividades suspeitas para o bom funcionamento da política democrática brasileira. (ALMEIDA, 2015, p.65)

A teoria federalista defende, antes de tudo, instituições separadas e independentes, de forma que, fortalecidas, consigam identificar excessos dos outros poderes e denunciá-los. Mas, no caso brasileiro, talvez as instituições não sejam tão independentes, devido as práticas da Velha Política que criam o chamado “rabo preso” dos políticos e servidores públicos, inviabilizando o pleno funcionamento descrito pelos federalistas.

Almeida (2015) mostra que tanto Pateman quanto Macpherson não desejam o fim da democracia representativa, mas a inserção de mecanismos que revalidem a legitimidade da representação para além do voto, oxigenando a relação entre representante e representado e trazendo os resultados práticos da ação Estatal para a atuação justamente da sociedade juntamente aos representantes, estes se distanciando da noção de agentes puros, por levarem em consideração as vontades sociais de forma mais direta. Isso tira o peso das decisões exclusivamente dos representantes, fazendo a própria sociedade ser mais responsável sobre as decisões tomadas nas esferas institucionais de fato. (ALMEIDA, 2015, p.110)

Embora a teoria participativa pareça, no campo teórico, um dos formatos mais promissores para solucionar os problemas práticos e inconsistências que a política atual encara nos seus mais diversos modelos, ela possui críticas muito bem fundamentadas por diversos autores relevantes, principalmente depois do aumento de sua popularidade durante os anos 1980 em âmbito global. É fácil perceber que, ao ter maior visibilidade, a teoria é analisada por inúmeros indivíduos, em seus mais diversos pontos de vista, leva a teoria, outrora pertencente

apenas no imaginário de alguns, portanto limitado, à prova da realidade dos indivíduos os quais a mesma deseja contemplar. E as ressalvas daqueles que estão sujeitos a ela são tão importantes quanto a opinião daqueles que a formularam.

De uma forma mais prática, Miguel (2017) se atenta para como a distribuição de renda e recursos de forma desigual entre a sociedade, além das próprias particularidades de cada classe, também as distinções de gênero, cor afetam diretamente a disputa entre esses indivíduos pela participação política. Miguel alerta para os meios de escuta do povo que são criados sob a proposta participativa. Se o caráter apenas consultivo estiver presente, há uma noção maior de cooptação do que de autonomia. Além disso, a teoria participativa não defende o fim da representação. De fato, Miguel elenca que uma combinação entre descentralização, participação na base e representação aprimorada por uma melhor qualificação dos representantes seria a opção mais viável na realidade para superar o obstáculo proposto. (MIGUEL, 2017, p.86-89)

Miguel (2017) defende que apesar de pesquisas sobre comportamento político da população corroborarem para a ideia de que todos os indivíduos possuem o potencial de compreender e atuar ativamente na discussão e gestão dos assuntos públicos, a maioria das pessoas são apáticas, desinteressadas e desinformadas. Segundo os participacionistas, a culpa dessa inércia política seria da simples ausência de oportunidades e do desestímulo estrutural à tentativa de influenciar as decisões do governo. Mas essa aposta na disposição popular, uma vez livres de todas essas amarras, é, segundo o autor, demasiadamente excessiva. Ele mostra que estudos de campo comprovam que projetos participativos de baixa magnitude continuavam suscetíveis à influência de desigualdades que a teoria participacionista ignora de forma irresponsável. (MIGUEL, 2017, p.89-90)

Miguel (2017) demonstra que na corrente deliberativa, o conceito de participação política passa a ser apenas um critério para a deliberação. Ela não faz alusão à autonomia social ou educação política. Ao invés disso, deve propiciar o ambiente de realização das trocas deliberativas. Experiências participativas inovadoras no âmbito institucional, como o Orçamento Participativo, trouxe oxigenação à noção de participação política. Essas experiências são fruto da desconfiança e desencantamento popular com as instituições formais do governo. E, apesar da euforia dos teóricos sobre o funcionamento desses Orçamentos Participativos, como o de Porto Alegre, por exemplo, deve-se enxergar que o OP não é suficiente para entregar tudo que seus defensores alegaram. Miguel evidencia que a participação no OP se estrutura como uma organização delegativa piramidal. Ainda que a participação seja aberta ao público, apenas uma minoria de fato exerce esse direito. No fim das contas, é o

Conselho que realiza a formação da proposta orçamentária, configurando as participações anteriores como meramente consultivas. E cabe ainda dizer que as decisões do OP são para uma porcentagem do real orçamento da Prefeitura. De fato, sob essa ótica, a participação popular de fato é apenas mais uma participação de escolha de representantes, os delegados, do que a participação na formação de decisões em si. (MIGUEL, 2017, p.93-96)

É claro que a experiência do OP se soma à experiência eleitoral, melhorando a performance pública sobre a escolha de seus representantes. O acompanhamento dos desdobramentos dessa experiência pode criar na população uma melhor educação de fato. Mas, ao contrário da teoria deliberativa, a melhora se diz no caso de escolhas mais voltadas à corrente representativa do que participativa ou deliberativa de fato. Muda-se, portanto, o sentido do OP, teoricamente falando. A partir do momento que fica claro que é uma questão representativa e não deliberativa, permite-se que a teoria evolua nos seus pontos mais frágeis. Além disso, e já fora citado anteriormente, a parcela de recursos disponíveis para a “experiência deliberativa” é mínima o suficiente para não garantir as aspirações participativas da corrente. Além de parecer muito mais uma experiência delegativa, ainda é sobre uma mínima porcentagem de um orçamento muito maior, com seus destinos já estabelecidos por políticas orçamentárias superiores à tentativa de inclusão da população no direcionamento desses recursos. Muitas vezes esse tipo de experiência é taxado como uma distração da população das reais esferas de escolha dos destinos dos recursos, essas ainda restritas à indivíduos que foram legitimados através do processo eleitoral, este se mostrando ainda o real aparato de legitimação de indivíduos para o direcionamento dos recursos reais e de imensas proporções. (MIGUEL, 2017, p.97)

3 NOVA POLÍTICA

Essa seção busca compreender o que é, como surgiu e quais são as diferentes opiniões sobre o termo Nova Política, bem como quais organizações surgiram desse momento no Brasil.

3.1 RAÍZES E ASCENSÃO DO TEMA DA NOVA POLÍTICA

Para compreender a ascensão dessa proposta da Nova Política, devemos compreender primeiramente o momento econômico e político que vive o Brasil desde meados de 2008. O

período de governo conhecido como lulismo, que compreende os governos de Lula e Dilma Rousseff, foram marcados por avanços de políticas compensatórias direcionadas aos setores mais pobres da sociedade brasileira, e isso de fato foi benéfico para tirar milhares de pessoas do quadro de pobreza da ONU, como mostram documentos da Organização³. Porém, em outras áreas, a política petista foi insuficiente, criando um conjunto de fatores que levaram a uma crise econômica. Por exemplo, Mancebo (2017) demonstra que houve abandono de reformas estruturais, não priorizaram a expansão de bens e serviços da coletividade, não investiram o suficiente em infraestrutura, e deixaram o país retornar majoritariamente ao setor primário no quesito de exportações e industrialização. Claro que também como reflexo das diversas crises econômicas que caracterizaram a crise mundial de 2008. (MANCEBO, 2017, p.877)

De fato, inclusive setores que foram beneficiados pelo governo do PT, como o agropecuário, se voltaram contra as propostas do governo, retirando assim um enorme apoio financeiro e econômico do partido. A *pink tide*, como foi conhecida a onda de governos de esquerda na América Latina, foi um fenômeno que ocorreu na contramão liberal conservadora que ocorria principalmente na Europa. Uma onda liberal de cunho progressista que tinha como prioridade políticas compensatórias que objetivavam melhorar as condições de vida da população mais pobre. Inclusive, como mostra Mancebo (2017), houve uma maior centralização do poder no distanciamento das práticas capitalistas mais liberais. (MANCEBO, 2017, p. 878)

Ainda segundo Mancebo (2017), algumas práticas que poderiam ter amenizado a crise seriam a revisão da dívida pública e reforma tributária; retomada da industrialização, para rebater o conhecido “consenso das commodities”, que contribuiu imensamente para a crise econômica brasileira. Segundo ele, essas ações teriam amenizado a situação burguesa e contribuído para uma transição menos abrupta dos governos. Em síntese, esses pontos inviabilizaram a continuidade das práticas lulistas, tornando-a desconexa com o momento econômico mundial, e brasileiro, e político, no que se refere às demandas dos principais setores produtores do país. (MANCEBO, 2017, p.879)

³ Relatório do Banco Mundial afirma que Brasil conseguiu praticamente erradicar extrema pobreza. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/relatorio-banco-mundial-afirma-que-brasil-conseguiu-praticamente-erradicar-extrema-pobreza/>>. Acesso em: 28 de junho de 2019.

Esses acontecimentos geram um momento delicado na política brasileira, e somado a isso, diversos escândalos surgiram, fomentando uma crise da classe política. A Velha Política produzia diversos argumentos contra a sua própria existência: o avanço das investigações da Polícia Federal, popularmente conhecida como Lava-Jato, expôs um mecanismo sofisticado de corrupção de políticos de diversos partidos políticos com grandes atores da sociedade, como empreiteiras, construtoras, empresas de serviços de saúde, tecnologia e informação, com propinas pagas regularmente em troca de priorização em licitações e contratos com o Governo, irregularidades e obras supervalorizadas e que não atendem as expectativas da população.

Práticas de nepotismo, decisões discricionárias dos representantes em geral, privilégios e auxílios que custam muito ao povo, que em retorno tem serviços de baixa qualidade nas mais diversas áreas de atuação estatal, saúde, educação, transporte, segurança. Saúde precária, com equipamentos e itens em falta, hospitais sem estrutura, filas imensas com pessoas esperando longos períodos nos corredores, educação péssima, baixos valores pagos ao corpo docente, sucateamento das escolas, transportes de baixa qualidade, com atrasos, veículos também sucateados, passagens cada vez mais caras, estradas esburacadas, violência com altas taxas de homicídio sem precedentes, ação policial precária, abusos de poder dos agentes de segurança. Grande parte da população sem acesso a saneamento básico, mortalidade infantil expressiva.

Essas são algumas das insatisfações que levaram o povo às ruas em 2013, em um movimento nacional de indignação e insatisfação generalizado com a política. O impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff causou mais instabilidade política ainda, tornando a nossa frágil democracia a sofrer diversos impactos que facilmente levariam a uma crise de representação.

Não que essas práticas não fossem feitas em governos anteriores. Mas, o avanço da tecnologia, dos meios e veículos de comunicação, a aprovação da delação premiada como novo artifício para confissões dos investigados facilitaram a construção de um momento em que essas práticas ficam em evidência, e mostram que a política como se faz até então no Brasil é totalmente desconexa dos critérios que deveriam basear uma atuação política representativa, como explicitado na seção de discussão teórica. No caso, a população não se vê representada

através dessas práticas, o que leva o brasileiro a um momento de indignação e apatia política, como mostra o Instituto Update em pesquisa de 2018 nomeada de *Emergência Política*.⁴

Segundo essa pesquisa, o Brasil enfrenta a maior crise política dos últimos 30 anos. Há um senso de urgência nos movimentos que surgem desse momento. Esse senso de urgência vem, segundo a pesquisa, de uma apatia geral da população. Os fatos elencados há pouco explicam um pouco essa apatia. E essas novas organizações, dotadas desse senso de urgência, sentiram uma necessidade de se pronunciarem em prol de um novo formato de se fazer política. Uma inovação baseada em transparência, lideranças coletivas, organizações autônomas, e ainda incluem pautas de igualdade de gênero e defendem a diversidade. Muito dessas práticas são defendidos pelas correntes participacionistas, portanto houve essa preocupação em trazer os elementos analisados por essas correntes para compreender como essas práticas devem funcionar e quais são seus limites práticos.

De fato, a presença de um discurso de renovação política sempre esteve presente na história recente do Brasil. De tempos em tempos, esse tema ganha destaque, principalmente em períodos eleitorais. Porém, esse presente momento de contestação possui um enorme potencial de influenciar verdadeiramente o *modus operandi* da política no Brasil. O atual momento de pedido de uma renovação política pode ser traçado desde o ano de 2010, através da campanha presidencial de Marina Silva.

Como mostra Oliveira (mimeo), Marina Silva foi importante líder social do movimento ambientalista, foi eleita deputada estadual pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em 1989. Posteriormente, em 1995, foi eleita senadora, reeleita em 2002 e em seguida ocupou o cargo de Ministra do Meio-Ambiente do Governo Lula. Marina utilizou a plataforma institucional para defender as pautas e demandas do movimento ambientalista, cujo era uma das líderes antes de ingressar no Partido dos Trabalhadores. Esse processo era mediado por bastante diálogo com as lideranças do movimento, bem como esse diálogo era pautado por debates argumentativos, com forte presença de argumentação racional e baseada em dados de pesquisas e artigos científicos. Essa introdução de Marina no Governo se concretizou em 54 Projetos de Lei e mais de 100 proposições, a maioria ligada ao tema ambiental. (OLIVEIRA, mimeo, p.5)

⁴ Brasil enfrenta maior crise política dos últimos 30 anos. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/brasil-enfrenta-maior-crise-politica-dos-ultimos-30-anos-diz-pesquisa/>>. Acesso em: 28 de junho de 2019.

Sua atuação em defesa da pauta ambientalista garantiu a ela um reconhecimento nacional e internacional, e resultou em diversas vitórias para o movimento. Sua presença no Ministério do Meio-Ambiente possibilitou a entrada de diversos líderes do movimento através de uma linha técnica de conhecimento de área, formação acadêmica, além de militância pelo movimento ambientalista, como mostra os achados de Oliveira (OLIVEIRA, mimeo, p. 8)

Porém, ainda segundo Oliveira (mimeo), essa atuação de Marina custou caro ao PT, que perdeu prestígio e apoio de setores importantes para o governo brasileiro, como os líderes do agronegócio. Com claras aspirações eleitorais, o governo petista tomou medidas que beneficiaram o agronegócio em detrimento da luta ambientalista, levando à renúncia de Marina Silva do cargo de Ministra do Meio-Ambiente e a saída de seus apoiadores, conhecidos como Marineiros. Esse posicionamento duro de Marina garantiu a ela uma imagem desvinculada do PT, que foi importante para a construção do momento posterior.

Em resumo, Marina filia-se ao Partido Verde (PV), mantém sua pauta ambientalista como norte de sua campanha, mas introduz certos argumentos em seus posicionamentos e debates que futuramente seriam entendidos como uma proposta de renovação política. Marina, em diversas entrevistas e debates, propõe o diálogo entre os representantes do povo. Diálogos baseados não em troca de favores, como é prática comum no Parlamento, mas debates de convencimento racional argumentativo, com base em dados científicos e de pesquisas. Em 2008, cria o Movimento Brasil Sustentável (MBS), que no futuro foi movimento que de fato propõe oficialmente a pauta da renovação política.

A adequação do discurso de Marina Silva foi tão eficaz, que Guilherme Leal, importante empresário do Brasil, foi candidato a vice-presidente da República na chapa de Marina Silva nas eleições de 2010. Dessa forma, o apoio de Marina cresce com a filiação de seus seguidores ao PV. A empreitada garantiu a ela mais de 20 milhões de votos em 2010. Porém, o PV não cumpriu com um acordo prévio feito com Marina, o que levou a sua saída do partido. Após esse histórico da jornada de Silva, finalmente chegamos ao ponto: Marina propõe um novo partido político, que englobaria muitas características de seu discurso de inovação e renovação política: a Rede Sustentabilidade. Vale a pena ressaltar que a experiência de Guilherme Leal com Marina Silva e o tema da sustentabilidade foi crucial para que, anos depois, ele fundasse a organização RAPS, uma das principais organizações que tratam na Nova Política, que será explicada mais à frente.

Com a evolução para a criação de um novo partido, Marina e seus apoiadores deveriam ampliar seu discurso para além do movimento ambientalista, a fim de garantir uma competição eleitoral com os demais partidos concorrentes. Dessa forma, Oliveira (2016) mostra que o MBS altera seu eixo-principal da pauta ambientalista para algo que estava, muito por conta de Marina, em evidência no cenário político brasileiro: a renovação política. Agora se fala em sustentabilidade política. Uma forma saudável de se promover o debate e as decisões dos Parlamentares e do governo brasileiro. (OLIVEIRA, 2016, p. 246, 247)

Marina Silva fala, em seu site oficial, em “reconectar a política com sua potência transformadora, criativa, produtiva e livre” e defende que a democracia apenas avança com a melhoria da cultura política tanto dos partidos e instituições públicas quanto do cidadão brasileiro. Ela vê com alegria os movimentos cívicos que surgiram devido a essa proposta de inovação política.

“Fico feliz ao ver aquilo que idealizei por tanto tempo esteja se tornando realidade. Ver essas pessoas em ação, renovando a política e a sociedade, refaz as esperanças de quem ainda acredita na democracia como meio de mudar o mundo. São mandatos consistentes, com o uso marcante dos meios modernos de comunicação e do parlatório com propostas, princípios e valores que vão além, muito além da lacração.”⁵ SILVA, Marina

3.2 LIMITES E DIFICULDADES DO ATUAL CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO PARA A INSERÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES CIVIS DA NOVA POLÍTICA

O Instituto Update, em sua pesquisa, mostra que grupos civis buscam a renovação política no país. São protagonistas de movimentos sociais, ONGs e até do setor privado. Os desafios desses novos grupos, elencados pela pesquisa, são falta de sustentabilidade financeira, falta de apoio popular, e risco de violência sofrida pelos atores sociais.

Realçando as informações dessa pesquisa do Instituto Update, uma entrevista realizada pela BBC News sobre as dificuldades de renovar a política brasileira, diversos especialistas

⁵ Propostas, princípios e valores que vão além, muito além da lacração. Disponível em: <<https://marinasilva.org.br/propostas-principios-e-valores-que-vaio-alem-muito-alem-da-lacracao/>>. Acesso em: 28 de junho de 2019.

políticos elencaram 5 motivos principais: estrutura dos partidos políticos; financiamento de campanha; força dos que já tem mandatos; tom do discurso político; disposição do eleitor.⁶

Devido a própria lógica eleitoral, os partidos priorizam os nomes que mantem a estrutura do partido, elencam votos. Inclusive há pouca ou nenhuma atenção a candidatas mulheres negras, como aponta a professora Rosana Pinheiro-Machado, da Universidade Federal de Santa Maria. É importante ressaltar essa marginalização das pautas femininas e negras. Almeida (2015) ressalta, em análise da corrente participativa, a preocupação de incluir as minorias nas resoluções das instituições que as deveriam representar. O cientista político professor do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper), Carlos Melo, diz que além de não terem portas abertas, os partidos tendem a patrocinar os que já estão no poder. Há um problema estrutural no sistema eleitoral brasileiro. Com uma concorrência acirrada entre poucos grupos, há pouca margem para riscos (e erros). Portanto, apoiar aqueles que já possuem uma rede robusta de apoio é menos arriscado do que apoiar alguém no início de sua jornada política. E ainda mais difícil se esse indivíduo defende pauta de minorias, que, em termos eleitorais, não se traduzem em um volume aceitável de votos.

A força dos que já tem mandatos segue a mesma lógica do financiamento de campanha. É menos arriscado patrocinar aqueles que já possuem sede física, assessores, relacionamento com outros parlamentares e político que também são priorizados pelos seus partidos. Pinheiro-Machado cita, porém, essas novas organizações como potenciais interruptivos dessa lógica partidária-eleitoral. Ao pensar menos em manterem-se no poder e mais em fazer um bom serviço enquanto ocupar um cargo institucional, a lógica partidária é enfraquecida, proporcionando um melhor desempenho do Parlamento em si, além de uma maior rotatividade de candidatos, que pode promover tanto uma maior inclusão de pautas diversas quanto uma reestruturação do sistema eleitoral, na lógica do financiamento de campanha direcionado.

Por último, o tom do discurso promovido por esses novos atores pode não conseguir ser tão diferentes dos discursos tradicionais, segundo os especialistas entrevistados pela BBC News. Porém, a nova geração possui um alto potencial inovador. Muitos deles vivem em uma realidade avessa ao sistema político. Inclusive, as ideias de mandatos coletivos, horizontais, rompem com a lógica da Velha Política. E alertam para a apropriação desse discurso pelos

⁶ 5 razões pelas quais é tão difícil renovar a política brasileira. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44532552>>. Acesso em: 28 de junho de 2019.

políticos que apenas querem se manter no poder, alertando para uma baixa renovação política no ano de 2018, o que de fato ocorreu posteriormente. O eleitor, hoje apático e distante da política, precisa ser reconquistado e ser convencido a apostar nesse novo formato. Esse convencimento vem, além do próprio discurso, através as ações que, lentamente, começam a surgir dos novos atores que conseguiram um cargo parlamentar no Brasil já nas eleições de 2018.

3.3 ORGANIZAÇÕES CIVIS DA NOVA POLÍTICA: SURGIMENTO, PRINCÍPIOS E PROPOSTAS

Agora falando mais especificamente dessas organizações em si, temos diversos exemplos de novas oportunidades de enxergar o fazer político proposto por esse fenômeno caracterizado como Nova Política. Organizações como o Agora!, Podemos, Movimento Acredito; RAPS; RenovaBR; Nós; Muitas. Algumas ganharam destaque. E cada uma enxerga de forma um pouco diferente seu papel de agente transformador no cenário político brasileiro.

Aproveitando o vácuo político causado pela falta de credibilidade dos partidos políticos e a falta de confiança da população tanto nos partidos como no sistema institucional em si, diversas organizações foram criadas no intuito de preencher esses espaços vazios e conquistar a população com um discurso inovador e renovador, incrementado pela defesa de uma maior participação da população através de diversos mecanismos, com o intuito de desenvolver uma população consciente e interessada em política. Dessa forma, com a vigilância popular, as ações e decisões dos representantes serão mais próximas das demandas de seus apoiadores.

São alternativas à prática formal de engajamento através da filiação a um partido político, por exemplo. Essas organizações são criadas na esfera civil, apartidárias, seus membros são referência em suas áreas de atuação e buscam soluções para os problemas do Brasil, como é o caso do movimento Agora!. Sua proposta de renovação política vem a partir do engajamento de “cidadãos comuns” que servirão para o bem da nação. A maioria das organizações civis aqui exploradas defendem práticas já vistas aqui na parte de discussão teórica, como ouvir a população de todos os extratos, incluindo a rica diversidade do país, étnicas, de gênero, econômicas, culturais etc. Essa inclusão é importante para que se tenha ideia de que há diversos problemas que atingem a população de forma particular a cada um desses grupos, e ouvir suas demandas e opiniões leva a um entendimento do problema através de todas essas realidades. Atualmente, diversos desses grupos são marginalizados nas esferas de tomada

de poder, se tornando sujeitos a decisões que quase nunca as levam em consideração, afastando a noção de igualdade proposta pela Constituição Federal.⁷

O Agora! Realiza pesquisas de opinião regularmente para compreender as demandas populares, promovem conversas através das redes sociais, além de encontros presenciais, conhecido como Agora! Escuta, trazendo para mais próximo do cidadão o debate e a inclusão política. Dentre as pautas defendidas pela organização, a principal é o combate às desigualdades, objetivando condições de vida mais igualitárias. Temas básicos como saúde, educação, transporte, segurança são abordados, sempre a partir do ideal da igualdade entre os brasileiros. É importante ressaltar aqui a indagação feita por Miguel (2017) de que se deve atentar para o efeito real dessas esferas de captação de opiniões. A organização deve mostrar que essas esferas não possuem caráter apenas consultivo, tendo a organização palavra final no posicionamento. O posicionamento deve estar sempre de acordo com as opiniões ouvidas. Isso é de fato importante para manter a confiança dos apoiadores, que optam por participar dessas organizações justamente devido à ausência dessa fidelidade de valores nos meios formais de representação, como os partidos políticos.

Essas organizações promovem o engajamento da população, convidando seus integrantes a participar dessa convocação, facilitando através de cursos de capacitação, por exemplo. Essa prática é importante para trazer a discussão política para mais perto do indivíduo. E essa organização vem se expandindo cada vez mais para mais cidades por todo o Brasil, realizando uma ação necessária para que, a longo prazo, a porcentagem de cidadãos engajados seja potencialmente maior.

O movimento Acredito não pensa em lançar candidatos a cargos institucionais. Ao invés disso, desejam promover um diálogo com esses representantes eleitos, de forma a influenciar suas ações e decisões através de parcerias. Porém, essas parcerias têm como base os princípios e valores defendidos pela organização, e não benefícios pessoais tanto dos políticos quanto da organização em si. Essa é a principal diferença entre as antigas alianças e essas novas propostas. O apoio dessas organizações vem a partir do momento que o representante apoiado aja de acordo com o que é defendido pela organização. Apesar de não lançarem candidatos, diversos

⁷ Perguntas frequentes. Disponível em: <<http://www.agoramovimento.com/perguntas-frequentes/>>. Acesso em: 22 de junho de 2019.

participantes dessa organização filiam-se de forma independente a um partido político, pois essa ainda é a forma legal de concorrer a um cargo público.⁸

Percebe-se aqui uma clara conexão com a corrente participativa, que defende maior inclusão da diversidade social, e maior diálogo entre essas partes diferentes, levando em consideração o melhor para todos, e não apenas para si. Esse posicionamento é oposto ao que ocorre atualmente no país, e é uma das principais críticas à atual política. Essa abertura ao diálogo e ao convencimento argumentativo contribui inclusive para diminuir a polarização política brasileira, que cresceu vertiginosamente nos últimos anos, impedindo qualquer diálogo com o outro extremo. E esse afastamento é crítico para a manutenção de uma democracia, visto que ela significa a vontade de todos, e não apenas de um grupo ou aliança. Não é unir os extremos, mas tolerar, ouvir, pensar que o outro grupo é tão legítimo quanto o seu, e por isso deve ser levado em consideração. Afinal, se todos fizerem isso, o seu ponto de vista também será incluso na formação de opinião dos demais grupos. E essa prática aproxima a realidade da teoria democrática.

Ao contrário do Agora!, o RenovaBR e o RAPS desejam promover a formação de líderes políticos. Não são cursos, e deixam isso bastante claro. Mas instruem indivíduos, independente de posicionamento político, a pautarem suas atuações em requisitos básicos para que o diálogo se estabeleça nas esferas institucionais de debate e tomada de decisão. O objetivo principal é formar deputados estaduais e federais São aqueles princípios já citados, ética, transparência, justiça social, amizade cívica. O RAPS inclui o combate a corrupção, à impunidade, aos privilégios. O movimento Acredito também inclui essas pautas. Apesar de não incluírem expressamente esses temas, as outras organizações, através de seus outros valores, acabam lutando de forma indireta para o fim da corrupção, impunidade e privilégios. De fato, no discurso de todas essas organizações, não há espaço para essas práticas.⁹

É importante deixar claro que essa Nova Política não é feita exclusivamente por pessoas novas. Esse termo se refere à novas práticas políticas. Não novas porque foram criadas recentemente, mas novas por não existirem (ou existirem de forma mínima) na política brasileira atual. Não são invenções. São práticas que já são discutidas e defendidas em outros

⁸ Conheça. Disponível em: <<https://www.movimentoacredito.org/site/#conheca>>. Acesso em: 22 de junho de 2019.

⁹ O que fazemos. Disponível em: <<https://renovabr.org/o-que-fazemos/>>. Acesso em: 22 de junho de 2019.

países há décadas. Porém, no âmbito brasileiro, a presença desses ideais tem cunho inovador e dão esperança para solucionar essa crise de representação atual.

Tanto o Agora! quanto o RAPS firmam um compromisso com os atores políticos, porém de formas diferentes. O Agora! firma esses acordos para que representantes, independente de participarem ou não do Agora!, ganhem seu apoio, desde que ele cumpra sua parte. Já o RAPS exige a assinatura de um termo de compromisso antes do indivíduo ser formalmente integrado à organização. São diferenças que salientam que, apesar de desejarem objetivos semelhantes, por se tratar de organizações independentes, escolheram seu próprio formato de ação para se chegar a esse objetivo. Essa diversidade aumenta a riqueza dos movimentos, que, ao serem diferentes, convocam diferentes indivíduos, porém em prol do mesmo objetivo. E essas diferenças não são suficientes para atrapalhar o objetivo final dos movimentos. Todos querem mais diálogo, mais tolerância, o combate às práticas corruptas, e um país melhor para todos.

Algo muito relevante nos movimentos é a forma de financiamento. Como são organizações civis, optaram por serem financiados apenas por pessoas físicas e jurídicas sem fins lucrativos. Não há captação de recursos do governo, partidos ou empresas. Uma crítica muito recorrente aos partidos políticos é o financiamento público e privado de suas campanhas. Ao ser feito dessa forma, muitas vezes o partido tem que se posicionar não pelo que acredita, mas pela vontade daqueles que o financiaram, afastando as ações políticas dos princípios e valores do partido, e aproximando-as dos objetivos de seus apoiadores, que tem, por muitas vezes, posicionamentos muito distintos da população que apoia esse determinado partido. Porém, ao proporem apenas o financiamento de pessoas físicas e ONGs, a organização tem total liberdade de “rabo preso” para defender os ideais que acredita são só ela, mas seus apoiadores. De forma que, ao divergir desse posicionamento, rapidamente o fluxo financeiro diminui, uma vez que as pessoas deixarão de apoiar algo que não é conectado com os ideais que defende.

Por isso, essas organizações defendem o fim do financiamento de campanha como se tem hoje no Brasil. É muito difícil concorrer com esse formato atual, uma vez que há muitos setores poderosos que desequilibram a livre concorrência política. E recursos materiais e financeiros não deveriam servir de barreira para a disputa política. Todos devem ter oportunidades iguais. E as organizações assim se posicionam. Esse formato pode aproximar o Brasil do ideal defendido pela corrente federalista de que as eleições elegem os melhores representantes para o governo. Se um indivíduo representa muitos, receberá muitos incentivos para promover sua campanha. Suas chances de ganhar aumentam, e, ao depender do apoio contínuo de seus apoiadores, ao ter firmado compromisso com princípios e valores, e agir de

forma transparente, com a vigilância daqueles que dependem das ações do representante, dificilmente aceitará acordos que o façam fugir desses compromissos.

Hoje, o apoio de poucos que oferecem muito ao candidato ganha do apoio de muitos que oferecem pouco. E, nesse cenário, o interesse dos poucos é que será defendido por esse candidato eleito. O esforço dessas organizações é acabar com essa lógica. Alguém vai despontar por receber genuinamente o apoio de muitos, e, cada um financiando um pouco, gera uma quantidade suficiente para que sua corrida eleitoral seja adequada a seu apoio. Não é igualdade de recursos. É igualdade no potencial de receber recursos. Depender somente da sua capacidade política de se adequar à realidade que o cerca.

É importante ressaltar que o Movimento Brasil Livre (MBL) também é incluso no tema Nova Política. Porém, as pautas defendidas pelo movimento como Nova Política são um pouco diferentes das demais organizações citadas. Os esforços do movimento são, por exemplo, para identificar os excessos cometidos pelos governos anteriores, defendendo Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) e do Mais Médicos, a redução de ministérios, ajuste fiscal. Também defendem a desburocratização do Estado, diminuindo entraves para abertura de empresas, escolas, planos de saúde, incentivo ao ensino técnico. Propõem uma reforma política, mas se atentam a aspectos polêmicos, como a revogação da Lei Rouanet, fim do alistamento militar obrigatório, redução do número de deputados para 400. Propõem a reforma trabalhista, na qual o empregado poderá renunciar a certos direitos para negociar com o patrão, transformar o imposto sindical em facultativo.¹⁰¹¹

Enfim, de fato, algumas propostas estão de acordo com o tema da Nova Política, como enxugar a máquina pública, desburocratizar certas práticas econômicas para impulsionar a economia, o combate à corrupção e a privilégios de políticos. Porém, seu posicionamento parece ser mais ligado a uma lógica eleitoral, defendendo pautas polêmicas que tem muitos apoiadores, visto por uma ascensão da ala conservadora nos últimos anos. De fato, há no MBL o objetivo de um dia ser um partido político. Essa diferença traz certas pautas que as outras organizações não possuem.

¹⁰ Veja as 10 exigências do Movimento Brasil Livre na Marcha pela Liberdade. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/felipe-moura-brasil/8220-impeachment-ja-8221-veja-as-10-exigencias-do-movimento-brasil-livre-na-8216-marcha-pela-liberdade-8217-ate-brasilia/>>. Acesso em: 01 de julho de 2019.

¹¹ Propostas MBL. Disponível em: <<http://mbl.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2017/05/propostas-mbl.pdf>>. Acesso em: 01 de julho de 2019.

Porém, não cabe aqui definir se o MBL é ou não parte da Nova Política. O objetivo dessa seção é compreender como as diferentes organizações compreendem pelo termo, e quais são as práticas defendidas para alcançar esse objetivo. Inclusive, é objetivo de vários desses grupos a multiplicidade de opiniões. Portanto, é rico para o fenômeno da Nova Política que haja diferentes posicionamentos acerca do próprio fenômeno. Mostra a liberdade que cada segmento tem que defender certos princípios e valores. É fundamental perceber, porém, que, em cada proposta há o objetivo de melhorar a vida da população. Independente de esquerda ou direita, as propostas são baseadas em argumentos que tentam elencar motivos reais para tais transformações, e a Nova Política é sobre isso acima de tudo.

Essas são as principais organizações que veiculam as práticas conhecidas como Nova Política. Porém, há diversas outras de menor expressão, mas não de menor importância, como é o caso do Nós e Muitas. Apesar de defender diversos ideais como as organizações citadas anteriormente, as pautas principais desses movimentos é a inclusão de minorias nas pautas dos representantes.

O movimento Nós identifica o corpo representativo brasileiro majoritariamente rico, heterossexual, branco, e do gênero masculino, e age de forma a combater essa representação que não corresponde à diversidade social brasileira. O movimento serve de apoio para auxiliar candidatos a enxergarem a necessidade de se atentar para essas pautas, inclusive se propõe a criar programas para candidaturas de indivíduos interessados. Funciona muito mais como um influenciador do que a lógica de formação de líderes ou de cobrança dos outros movimentos. Talvez pela principal bandeira ser as minorias, ainda seja um movimento de menor expressão no âmbito nacional.¹²

O Muitas é um movimento de Minas Gerais que defende uma maior inclusão do cidadão na política incentivando candidaturas, desde que estas estejam de acordo com os ideais defendidos pelo movimento, como mandatos coletivos, inclusão social e de gênero, defendem o direito à moradia, legalização das drogas, segurança cidadã e justiça social.¹³

O sucesso desses movimentos depende da adesão popular a eles, uma vez que são financiados por estes e, objetivam atrair pessoas porque é no apoio que há verdadeira legitimidade para uma causa, e é nisso que eles acreditam. E os resultados desse apoio se

¹² Movimento Nós. Disponível em: <<https://nosmovimenta.com.br/>>. Acesso em: 22 de junho de 2019.

¹³ Movimento Somos Muitas. Disponível em: <<https://www.somosmuitas.com.br/>>. Acesso em: 22 de junho de 2019.

traduziram nas urnas para muitas das organizações citadas. O movimento Acredito apoiou 28 candidatos nas eleições de 2018, e 3 foram eleitos. Somados, os candidatos que receberam o selo do movimento levantaram mais de um milhão de votos válidos no território nacional. O RenovaBR conseguiu eleger nove deputados para a Câmara Federal e seis para o cargo de deputado estadual, além de quatro senadores. O movimento Agora! elegeu dois deputados federais. O movimento Muitas, por mais que de menor expressão, elegeu em 2016 duas vereadoras, e em 2018, elegeu um mandato coletivo para o cargo de deputado federal. A prática de mandato coletivo conhecida como Gabinetona, que ocorreu no mandato de vereador de 2016 agora vai representar o movimento em âmbito nacional.¹⁴¹⁵

De fato, apesar de significar um pequeno número quando considerado o número total de parlamentares no Congresso Nacional e nas Câmaras e Assembleias Legislativas, são números que mostram uma ótima adesão ao discurso defendido por essas organizações. E são resultados esperados. Os sucessos dessas organizações são almeçados a longo prazo. Isso fica claro a partir da prática de expansão que há dentro dos movimentos, com incentivos a aberturas de células das organizações em cidades e formação de lideranças regionais. As organizações apostam no potencial educador que a política participativa pode criar na população. E o caminho para que esse objetivo seja alcançado é se aproximar da população, levar conhecimentos que despertem nos indivíduos o sentimento de pertencimento à essas esferas, a formação de opinião, e a consequente cobrança dos líderes que apoiam.

Essas organizações de fato agem nas falhas que o atual sistema político possui, desde a desconexão entre promessas de campanha e as decisões do mandato, do financiamento de campanha de grandes empresas e do próprio dinheiro público etc. São práticas que promovem a presença daqueles que querem viver da política, e não para a política. E, ao combater essas práticas, as novas organizações as substituem por práticas que aproximem a política brasileira às teorias participacionistas, que apontam para o distanciamento entre povo e instituições formais como uma das principais causas de crises de representação de um sistema político. E os resultados obtidos no sistema eleitoral no ano de 2018 dão esperança para as organizações, que continuam investindo tempo e dinheiro nessa nova proposta de fazer política no Brasil, e

¹⁴ Movimentos de renovação política elegem mais de 30 deputados e senadores. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes/movimentos-de-renovacao-politica-elegem-mais-de-30-deputados-e-senadores/>>. Acesso em: 30 de junho de 2019.

¹⁵ Movimentos como MBL e Livres tem desempenho de partidos de expressão nacional. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/eleicoes-2018/movimentos-como-mble-livres-tem-desempenho-de-partidos-de-expressao-nacional-5wzlc3wip8fpckomq1yvgd25b/>>. Acesso em: 30 de junho de 2019.

aos poucos, afastar as antigas práticas e renovar as instituições com novas intenções, mais voltadas para princípios e valores que aproximam instituição e sociedade. O bom desempenho dos atores políticos ligados a essas organizações é fundamental para o crescimento do apoio a esses movimentos e para reacender a confiança da sociedade na política brasileira.

4 ENTREVISTAS

A análise será organizada por questões, a fim de aglutinar as respostas dos entrevistados por tema, facilitando comparações entre as declarações. Sendo assim, vamos a análise. O nome e partido de cada entrevistado: Fábio Abarka (REDE), Fernando Caixeta (NOVO), Cláudio Barra (NOVO).

1) Na sua opinião, há crise da democracia no Brasil? Se sim, quais as motivações para essa crise?

Dois dos três entrevistados, Fábio e Fernando respondem categoricamente que há sim uma crise no Brasil. Suas respostas se encaixam muito bem nas razões para a crise estabelecidas pelas organizações civis analisadas na seção sobre a Nova Política. Segundo eles, a democracia significa respeitar tanto a opinião da maioria quanto da minoria. E que isso hoje não ocorre no país. Esse argumento está presente na discussão teórica, que explica através desse fato como modelos políticos podem gerar uma crise. Pateman defende que diferenças entre cidadãos, como pertencer a uma minoria, não devem limitar ou pautar sua participação ou representação. E vimos essa crise sendo gerada no Brasil e explicada através desse mesmo motivo tanto a partir do ponto de vista das organizações civis quanto dos indivíduos que buscam alterar essa condição de intolerância.

Além disso, Fábio defende uma maior tolerância no que se refere a ouvir os diversos representantes dos diversos segmentos da sociedade, sejam eles de esquerda, direita ou centro. Utiliza o exemplo da atual proposta da reforma da Previdência. Deve-se ouvir e analisar a proposta pela proposta, não ter “preconceito” sobre o posicionamento político daqueles que a propõe. “não é só porque a reforma tá sendo apresentada por A e eu sou mais ligado ao grupo B, então eu sou totalmente contra, não quero diálogo não. É isso que nós temos que mudar no país. E é isso que a gente espera.” (Fábio, entrevista 1)

Esse argumento é um dos eixos principais da proposta de renovação política proposta pelas organizações e elencada pela teoria participativa, através de Rosanvallon, em análise de Almeida (2015). A importância do conflito, desde que esse seja guiado pela tolerância, pelo convencimento argumentativo, onde cada representante, munido por seus princípios e valores, vai a arena de debate explicar seu posicionamento através desses princípios e argumentos baseados em dados. Essa prática é um contraponto à prática de troca de votos e favores, que não levam em consideração os princípios que estes deveriam se pautar por, e impossibilitam o debate pelo convencimento, pois a situação já está definida antes da votação, através desses favores.

Nessa linha, outra motivação para a crise é elencada por Fernando. A falta de representação fiel a princípios, principalmente devido a perda de ideologia dos partidos. Como dito anteriormente, a maioria das decisões dos partidos e de seus representantes é pautada pela antiga prática da troca de favores. Dessa forma, o que deveria pautar essas decisões não é levado em consideração. O princípio do presidencialismo de coalizão entra aqui também como uma crítica a essa falta de posicionamento e defesa de princípios. A busca pelo poder faz com que os representantes abram mão de seus posicionamentos para se beneficiarem com alguma conquista de poder, seja um ministério, cargos comissionados para sua militância, etc. Ao pautarem suas ações pela manutenção de algum poder em detrimento dos princípios e valores que deveriam guiar a postura política do representante em questão, o resultado dessa prática esvazia os partidos de ideologia. E isso é crítico para o apoio da sociedade a esses partidos.

O terceiro entrevistado, Cláudio, é um dos fundadores do partido Novo. Aqui, ele demonstra uma das principais propostas do Novo para frear essa prática antiga. O partido é apenas financiado pelos seus apoiadores. Dessa forma, sem depender de outras organizações e partidos para manter sua sobrevivência de recursos, o partido pode defender os princípios e valores que seus apoiadores acreditam. É uma alteração nessa lógica da troca de favores e de poderes que aproxima as instituições representativas para seu sentido original, de defender certos ideais, enquanto outras defendem outros ideais, e após um encontro dessas ideias, mediado por boas práticas de tolerância e convencimento, um *outcome* que leve em consideração os diversos posicionamento é mais provável de ocorrer. Essa lógica serve também para as organizações civis da Nova Política. O financiamento apenas de seus apoiadores, pessoas físicas e ONGs permite uma liberdade em poder defender os ideais da organização e pressionar os políticos que firmaram um compromisso com elas.

Por último, é elencado a falta de noção da população sobre o exercício do voto. O baixo nível de educação força o cidadão a buscar uma recompensa imediata pelo poder do voto que ele possui. Essa falta de conhecimento advém das desigualdades sociais severas que assolam o país. Nesse quesito, a educação é importante para alterar essa realidade. A população é “ignorante” pois não possui as condições necessárias para se dar ao luxo de se preocupar com questões sofisticadas como a política. Sua preocupação é muito mais básica, visceral e imediata, como alimentação da família, segurança. Essa afirmação remete totalmente a Pateman, que aposta no poder educativo que a participação promove no ponto de vista individual do cidadão a fim de formar uma consciência de vida em sociedade. Almeida (2015) também evidencia isso ao revisar e combinar ideias de Rousseau, Mill e Cole. O objetivo é a combinação de práticas participativas no interior da democracia representativa, enfatizando na função educacional da participação e na autodeterminação dos indivíduos. O aumento da participação pode gerar mudanças na consciência do povo, a partir do momento que ele é sujeito participante das decisões que afetam a ele mesmo.

O investimento na educação básica é citado. Isso parece ser, ao ver dos entrevistados, a principal forma de reverter a “crise” da democracia, pois é através da maior participação de uma sociedade consciente politicamente e interessada que os reais problemas da sociedade serão melhor identificados e, com o acompanhamento da sociedade, que vigiará seus representantes a fim de que seus interesses estejam sendo defendidos, e não quaisquer outras vontades individuais dos representantes.

2) O processo eleitoral é pleno e cumpre a função de legitimar o sistema político democrático no Brasil? Ou Deve haver participação da sociedade além do voto? Como?

Aqui, os posicionamentos são unânimes. O sistema eleitoral é importante, mas há ressalvas quanto ao seu funcionamento. E a participação da sociedade deve ocorrer além do voto. Os entrevistados elencam uma série de questionamentos sobre a falta de métodos de cobrança da população sobre as promessas de campanha, atrelando à essa falta a possibilidade de se fazer a Velha Política, que no caso eleitoral é iludir o povo com falsas promessas apenas para garantir o sucesso eleitoral, prática conhecida como estelionato eleitoral, sem nenhum problema no momento em que essas promessas não são cumpridas, nem justificadas.

Uma proposta para solucionar esse problema é a ferramenta de *recall*. Um plebiscito, sugerido de dois em dois anos, para que a população avalie os governantes. Dessa forma, uma

cobrança maior sobre as ações pós-eleições seria possível. Nesse cenário, a responsabilidade do eleito para com o eleitor é maior. Este deverá se explicar de forma a garantir a continuidade de seu mandato. Seria uma prática que aproxima a realidade brasileira da Nova Política, caracterizada por eles como uma gestão responsável. Esse *recall* deveria, segundo os entrevistados, ser acompanhado de maior transparência das ações dos representantes. Dessa forma, a avaliação da população seria baseada em dados com referências oficiais, afastando uma manipulação de informações de caráter duvidoso.

O coeficiente partidário também é criticado. Nem sempre os 24 mais votados (na experiência da CLDF) são os que são eleitos. E essa diferença tira mais ainda o poder de decisão da população, que já se vê limitado ao voto. Portanto, deveria ocorrer uma alteração que proponha que os mais votados ocupem as cadeiras. O problema dessa ideia é que dificulta ainda mais a introdução de representação de minorias nas esferas institucionais, um grave problema político que gera crises como a do Brasil. Portanto, essa proposta deve ser analisada com essa ameaça à participação das minorias em mente.

Sobre a participação da sociedade além do voto, diversas ideias são apresentadas. Algumas novas na realidade brasileira, e outras já existentes, mas que não são muito utilizadas. Entre as já existentes, participação em organizações civis, manifestações de rua, abaixo-assinados, projeto de lei de iniciativa popular, ações sociais da própria comunidade (reuniões de bairro, programas da Igreja), debates nos órgãos públicos, audiências públicas. O problema dessas ideias é que a falta de certeza de que as ações dessas práticas terão algum impacto afastam o incentivo de participação da população. Se hoje, mesmo com esses formatos já presentes, a apatia é grande, essas práticas devem apresentar algum problema estrutural. Além disso, essas propostas não garantem à participação popular o caráter decisivo defendido por Pateman, segundo Quintão (2014), sendo insuficientes para amenizar a crise nesse sentido.

A ideia das organizações civis, como o Agora! e o Acredito é, através de um respaldo popular, levar certas pautas a serem consideradas pelos representantes que possuem um acordo com essas organizações. Esse sim é um formato inovador de práticas já existentes, uma união entre organização civil e abaixo-assinado, digamos. Utiliza-se o princípio dos abaixo-assinados de Zaret, explorado por Almeida (2015). Uma organização, tida como confiável, tem maior facilidade em conduzir um maior número de indivíduos a apoiar determinada causa. Além disso, muitas dessas ideias têm caráter mais social do que político, o que foge das reais necessidades de reforma no Brasil.

Claro que elas somam a partir do momento que causam um impacto ao redor, mas não em nível nacional. Uma das principais formas de ação social direta na política, as leis de iniciativa popular raramente avançam, ou por não conseguir quórum suficiente, ou por não haver quem vocalize e defenda nas esferas de decisão. Salvo alguns casos, como por exemplo a Lei Ficha Limpa e o Câmara Mais Barata, que dão esperança para uma participação popular além do voto. Porém, seria mais interessante a união dessa ideia com a própria existência das novas organizações civis, como o Agora! e Acredito, que poderiam servir de centralizadores das vontades da sociedade e utilizar do seu maior poder de influência para destacar esses pedidos diretos da população. De fato, deve haver inovação dessas práticas para que elas se adequem às novas demandas da população, que não suporta mais a impotência observada atualmente.

Assim, compreendemos que os novos atores julgam necessária uma participação popular além do voto, mas novamente as sugestões se mantêm sob a ótica representativa, fomentando a participação popular ao seu redor, e claro, atualizando e fortalecendo os laços entre ambas as partes, mas sem de fato incluir o poder popular nas esferas formais de decisão.

3) Na sua opinião, o que é a Nova Política? Quais as principais diferenças da Velha Política?

De forma mais direta, chegamos ao cerne da pesquisa. Os entrevistados caracterizam a Nova Política de acordo com suas opiniões. Para Fábio, A Nova Política é uma gestão mais responsável, mais verdadeira. Algo que a população realmente participe, que ela sinta a mudança em seu cotidiano. É uma política que será refletida em um hospital, na educação. Não adianta um país tão rico como o Brasil se não se sabe distribuir isso de forma responsável e prioritária. Essa Nova Política é formada por pessoas que vão entrar, sendo servidores do povo, servidores públicos, que vão servir a sua cidade e sua população, e que assim possa fazer um serviço que os que mais necessitam sintam esses serviços públicos chegando mais próximo de sua casa, de uma forma mais eficiente.

Ao compreender que o Estado é formado por pessoas da sociedade, consegue-se chegar ao pensamento de que aquelas decisões serviços públicos servem tanto para a “população geral” quanto para os próprios representantes. Dessa forma se aproximando do pensamento de Pitkin, exposto por Almeida (2015), de que a participação daqueles que sofrem as consequências das decisões públicas é crucial para a sua representatividade. (ALMEIDA, 2015, p.46)

Fernando diz que a Nova Política não é feita apenas de pessoas “novas”. Não tem a ver com juventude. A Nova Política tem a ver simplesmente com uma nova forma de ação parlamentar, baseada simplesmente no que se acredita que é o melhor para o coletivo. Sua atuação no Parlamento está baseada no que você diz aos eleitores e o que você acha que é melhor para a sociedade. E não baseada no benefício próprio, ou nos interesses dos partidos, que seria a Velha Política. Esse ponto é explorado por todas as organizações civis analisadas na seção anterior. A caracterização da Nova Política como um conjunto de práticas que agem em prol da defesa dos ideais em detrimento dos benefícios individuais.

Novamente citam o exemplo da reforma da Previdência. Eles, de acordo com o que é pregado tanto na teoria participativa quanto nas organizações civis, reforçam que uma correta atuação parlamentar é ouvir o que a outra parte tem a dizer, e dialogar com informações concretas, se afastando da prática de “oposição por oposição” ou a de barganhar seu voto através de chantagens. A falta de diálogo vem sendo um dos principais problemas do Brasil e é uma prática muito criticada pelos atores que agem pela inovação política. Outro ponto defendido pelos entrevistados é o esclarecimento da função de um parlamentar, que deve saber filtrar quais ações propõem o bem coletivo, e quais possuem outro objetivo, tomando as providências cabíveis em cada cenário.

Percebe-se, através dessa explicação, que a Velha Política carrega o que os federalistas estado-unidenses alertavam: as paixões individuais. E ainda as colocam acima das prioridades da população. Além disso, o formato de chantagem citado transfere a atenção dos representantes para seu real dever nas esferas legisladoras: a de defender os interesses de seu grupo de apoio de forma argumentativa, além de ouvir as opiniões dos que representam outros grupos, a fim de chegar-se em uma solução que englobe a todos, ou a maioria. Pula-se esse momento de formação das prioridades e soluções para simples negociações de poder pelo poder, ações totalmente em descompasso com o que a Nova Política prega, na visão dos entrevistados.

**4) Você entende que a Nova Política resolve problemas da crise representativa?
Como?**

Os entrevistados sugerem que a Nova Política não é a solução. Mas ela é um caminho para se chegar à solução, que seria um ambiente de tomada de decisões pautadas por todas aquelas características já muito citadas, como tolerância e convencimento argumentativo. E as práticas dos novos atores que já conseguiram o sucesso eleitoral são animadoras para o crescimento da confiança nesse caminho. Gestões com responsabilidade e compromisso com

os princípios e valores defendidos. É uma ética inegociável, em total acordo com as organizações civis de renovação política. Inclusive, o método de cobrança, das formas mais variadas, realça essa preocupação de honrarem compromissos para servirem de exemplo dessa nova conduta política.

São respostas maduras que evidenciam que não há soluções imediatistas para a dita “crise” na democracia. Mesmo na opinião mais positiva de Fernando, as próprias ações dos novos congressistas levam um certo tempo para acontecer, além de que é tanta informação a todo instante que pode levar um tempo para agregá-las em, por exemplo, um relatório, ou uma retrospectiva da atuação desses parlamentares. É interessante também observar que é unânime entre os entrevistados que a Nova Política não é um objetivo, e sim um caminho, mostrando que ainda há diversas mudanças que também devem ocorrer a fim de que a “crise” seja resolvida.

5) O que te motivou a disputar um cargo institucional no Brasil?

Essa pergunta tenta evidenciar quais foram os problemas e as observações dos entrevistados para formar a atitude de ingressar na disputa por um cargo representativo institucional no Brasil, na tentativa de evidenciar também lacunas presentes no atual formato da política que levaram indivíduos como eles a buscar realizar as transformações que julgam necessárias. Era esperado que nessa questão os entrevistados falassem mais de suas experiências pessoais de vida, mostrando como um indivíduo comum da sociedade pode se transformar em um potencial ator político.

De forma geral, os entrevistados mostraram que suas motivações foram reações de indignação ao ver que os que estavam sempre sendo eleitos não faziam aquilo que era prometido. As intenções eram muito mais pessoais ou partidárias, pelo poder, do que intencionados a melhorar o país. De fato, a insatisfação e o sentimento de não se sentirem contemplados guiaram esses três indivíduos a optarem por representarem eles mesmos. Além disso, a Nova Política, hoje, está muito mais fora das instituições formais do que dentro. Portanto, eles compreenderam que para que essa Nova Política adentre essas esferas, e a mudança tenha início, os novos atores devem apenas ingressar. Ou tentar. O importante é dar visibilidade ao movimento transformador. E a ação é a melhor ferramenta para concretizar as ideias, posturas, promessas de uma nova forma de se realizar a política. Não se deve deixar com os atores da Velha Política o dever de realizarem a transição para a Nova Política.

Aqui, o potencial educador da maior participação política é expresso. Claro que em âmbito nacional, esse fenômeno educador é mais desafiador. Porém, há setores sociais que permitem a seus integrantes, através de uma melhor renda, mais anos de escolarização, segurança e saúde, uma maior aproximação destes com a política. Apesar do nacional ser inalcançável a curto prazo, diversos setores da sociedade já possuem o necessário para engajarem-se, como os entrevistados. O que mostra que, apesar de um plano ideal, o potencial educador de uma nação pode ser visto através da inclusão de cada vez mais indivíduos nas discussões que permeiam o âmbito político.

6) Você já buscou formas não-institucionais de influenciar o sistema político e suas decisões? (ONGs, Sindicatos, movimentos sociais, Conselhos, etc). Se Sim, quais?

Essa questão busca compreender se houve um esforço do indivíduo em participar das organizações civis, por definição mais próximas da sociedade, antes de decidirem apostar no sistema institucional.

Fábio, por exemplo, afirma que participou de formas não-institucionais na tentativa de influenciar o sistema político. Através de um projeto social de cunho esportivo, chamado Associação Abarka, ao longo de 10 anos, impactou na vida de milhares de pessoas em sua região, sendo esse o berço de sua aspiração política. Além disso, participou do Conselho de Saúde de seu bairro. Ali, conseguiu influenciar políticos, resistir a propostas em desacordo com as vontades da sociedade e propor, e cumprir, demandas da sociedade.

Nessa declaração, bem como nos exemplos por ele citados, há situações práticas elencadas por Pateman e Macpherson, ao sugerirem a inclusão de novas formas de participação a nível local, a fim de garantir uma sociedade vigilante e ativa, sujeita a procedimentos que garantam *accountability*. A questão da participação, segundo Almeida (2015), deveria ser expandida para a esfera do trabalho, ou de questões que permeiem a realidade ao redor do cidadão, como o Conselho de Saúde citado por Fábio, onde eles conseguiram influenciar diretamente nas ações da gestão governamental naquele tema (saúde) e naquele espaço (Sobradinho-DF). Essa participação pode, como consequência, prover os cidadãos com melhores condições de julgar a política, e engajar a participação em assuntos de maiores magnitudes. Esse exemplo sustenta a aposta de Pateman de poder educativo da participação social na política, formando assim uma consciência política. Bem, é seguro afirmar que Fábio é uma pessoa consciente de seus direitos e poderes enquanto cidadão, devido aos exemplos

citados acima, que contribuíram de forma direta para a melhora na qualidade de vida daqueles ao seu redor, aproximando-os da desejada cidadania. (ALMEIDA, 2015, p. 109-110)

A experiência dos demais com movimentos não institucionais não foi positiva. Segundo eles, era difícil acreditar nas pautas e ideias defendidas pelos líderes dos movimentos, levando-os a se afastarem. Não adianta participar por participar. Deve-se participar porque acredita e confia naquilo que é pregado. Percebe-se que de fato, as falhas no processo de representação das organizações citadas por Fernando e Cláudio os incentivaram a buscar formas diretas de influência, através de canais de confiança, no caso de Fernando, o Novo, e na criação de um, no caso de Cláudio, a fundação do próprio Novo. Vale a pena ressaltar que o partido Novo é referido como uma das principais organizações a defenderem o tema da Nova política em âmbito nacional. No caso de Fábio, ocorre o contrário. O sucesso alcançado por suas experiências motivou-o a seguir representando aquilo que acredita, porém agora na esfera institucional, onde o consenso sobre a legitimidade da esfera institucional é certo, firmado pelo contrato social de confiança nas estruturas formais de representação, no caso, as instituições representativas, mais especificamente, a CLDF.

E é nessa lacuna que as novas organizações civis tentam garantir seu espaço de apoio. Ao firmarem princípios, valores, promessas e cobrança dessas atitudes, a população se sente representada por esses novos movimentos, reacendendo o sentimento de participação política, mesmo que de forma indireta.

7) Quais mudanças devem ser implementadas na política atual a fim de distanciá-la da Velha política e aproximá-la da Nova Política?

Aqui, após bastante diálogo, finalmente as propostas concretas são expressas, sendo um material que representa as tentativas dos entrevistados de resolverem os problemas da Velha Política através de mudanças que, segundo eles, representam o debate sobre uma nova forma de se fazer política.

Propostas como maior transparência e mudança de atitude dos representantes, o já citado plebiscito de *recall* dos eleitos de 2 em 2 anos, e maior atuação de entidades como o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) na educação básica da população são citadas por Fábio, além da crítica sobre o coeficiente partidário, também já citado e analisado nessa pesquisa, que pode trazer esquema de “laranjas” para o cumprimento das exigências legais. O voto distrital misto é defendido por Fernando, porque esse formato baratearia as campanhas, garantindo uma participação mais igualitária dos candidatos. Isso corrobora a proposta de inclusão dos menos

privilegiados, que é uma das soluções da teoria participativa para o problema da representação. Além disso, o sistema distrital aproximaria a política de cada região da sociedade, facilitando a cobrança daqueles que sofrem as consequências das ações dos representantes eleitos, também fazendo alusão à ideia de aproximação e potencial educador de experiências políticas participativas defendida por Pateman, como demonstra Quintão (QUINTÃO, 2014, p.58)

Questões como alteração do financiamento partidário também são defendidas, por motivos também já explicados aqui. De fato, as organizações civis defendem, e praticam esta alteração, negando qualquer financiamento que não seja de apoiadores, em prol da liberdade em defender o que seus apoiadores acreditam, sem precisar fazer favores que fujam desses princípios por necessidade de recursos. Diversas dessas ideias são de fato soluções para problemas claros e estruturais no formato político atual, desequilibrado e com figuras políticas completamente acomodadas por financiamentos milionários e troca de favores, além das disputas de poder e influência através da usurpação de poderes que não lhes são atribuídos originalmente.

Porém, as mudanças citadas são direcionadas sempre para uma melhor representatividade da sociedade, sendo ausente propostas que de fato incluam e empoderem a população de atribuições que lhe dê a possibilidade de expressar melhor tanto suas vontades quanto a de agir por elas. Ao contrário, há esforços no sentido de tornar mais acurado o desempenho dos partidos ao torná-los dependentes de sua base de apoio, e não de acordos dentro do governo. De fato, nesse caso, haveria uma maior autonomia popular no sentido de que, se o partido divergisse das promessas e de seus princípios e valores, estes sentiriam a revolta de seus apoiadores, seja através do não pagamento das mensalidades, seja não votando neles, ou até migrando para outra organização de maior confiança do indivíduo em questão. Além disso, ao se baratear os custos das campanhas, pode haver o maior engajamento de indivíduos da sociedade que se sintam capazes e determinados a participarem do jogo político, oxigenando a participação atual. Além disso, ao não haver mais os altos valores investidos atualmente, afastaria aqueles que entram no jogo político para enriquecer ou alcançar posições de poder de forma ilícita, ou para beneficiar certos grupos e setores da sociedade.

De fato, há nos três candidatos a preocupação em melhorar o sistema representativo, mas não há de fato propostas participativas, ou até deliberativas. Sendo assim, a autonomia da sociedade seria menos evidente, porém mais eficaz do que é atualmente. E as teorias participativas são claras ao defenderem não só a melhor participação, mas também a atualização, reformulação, renovação, alteração em modelos representativos.

E, é evidente que, talvez, a população brasileira precise passar por uma transformação antes de ter de fato um poder mais concreto em mãos. E, muitas dessas propostas, além das diversas sugestões de participação citadas pelos entrevistados em resposta à pergunta 2, tem o potencial de conscientizar a sociedade, empoderá-la de conhecimento. E uma vez estando nesse patamar, propostas de maior empoderamento de ações institucionais surjam através dos indivíduos dessa população consciente, engajada e vigilante.

8) Como implementá-las na prática sem utilizar da Velha Política?

Essa talvez seja a pergunta mais importante do questionário, pois como agir na realidade é muito mais complexo e demanda uma ação mais sofisticada do que apenas identificar os problemas e formular resoluções e propostas. Poderemos assim, verificar como de fato os novos atores pretendem implementar essas mudanças sem utilizar da Velha Política, que seria contraditório.

A primeira proposta é o fim de acordos eleitorais. Ao fazer coligações, no período pré-voto, os líderes políticos já priorizam determinados candidatos, alocando mais recursos para ele. Percebe-se que essa prática cria um “rabo preso, forçando os candidatos a abrirem mão de posicionamentos para se adequarem às demandas dos financiadores. Além disso, é essencial que haja pressão da sociedade para aprovar medidas da Nova Política. Segundo eles, uma reforma política é necessária para frear todas essas jogadas de apoio de troca de favores e de financiamento. As organizações civis também defendem uma reforma política, elencando os mesmos excessos que os entrevistados. E a sociedade deve estar por trás da atuação desses atores que propõem a Nova Política, para pressionar os antigos políticos a não contrariarem a sociedade. Inclusive, esse apoio pode começar de imediato, já que esses novos atores já agem dentro das esferas institucionais e, por serem minoria categórica, precisam ganhar voz através do respaldo da população para potencializar o respeito dos políticos da Velha Política às medidas propostas pela Nova Política.

O apoio popular é o trunfo que as novas organizações possuem para se equilibrarem aos imensos apoios de recursos dos setores privilegiados da sociedade, que influenciam diretamente muitos políticos atualmente. Portanto, a nova proposta de ação política baseada na defesa de ideais em detrimento dessa barganha política só é possível se houver a sociedade chancelando esses posicionamentos. Afinal, o poder político é feito da legitimação social às propostas, e não de recursos materiais e financeiros prometidos por setores específicos.

Aqui, os entrevistados realçam a participação popular, uma vez que estes se sintam representados e resolvam apoiar as mudanças nas quais acreditam ser benéficas para o cenário político. Porém, isso apenas ocorrerá em caso de contemplação das demandas, dos princípios e valores em que os indivíduos da sociedade acreditem. E nota-se uma preocupação muito grande com isso em suas respostas. Além disso, alterar algumas práticas de ingresso nas esferas institucionais é de suma importância para impedir que aqueles que buscam influenciar através de troca de favores ou de barganhas e conluíus consigam um cargo representativo. Novamente dá-se à população uma importante função, porém no campo informal, e suas propostas realçam a representatividade partidária.

9) Qual a sua opinião sobre a relação entre movimentos sociais e os partidos políticos atualmente? (No que se refere a influenciar a agenda do Partido) E sobre movimentos sociais e o Estado?

Eles afirmam que os movimentos sociais fazem parte do jogo político, e são legítimos. Porém, alertam que, a legitimidade desses movimentos, segundo a Nova Política, se dá quando esses pautam suas relações no diálogo, convencimento e argumentação, e não como “braços partidários”, defendendo qualquer pauta a troco de recursos ou posições de prestígio. Ao “tomar partido”, eles não deveriam ser considerados movimentos sociais, e sim extensões partidárias. “Muitos movimentos não conseguem hoje mobilizar uma quantidade alta de outrora, pois as pessoas não veem mais naquelas lideranças uma legitimidade. Pois passaram a defender mais pautas partidárias e pessoais do que daquele grupo.” (Fernando, entrevista 2)

Almeida (2015) ao analisar a realidade política inglesa, ela ressalta a importância das formas “informais” de representação, como associações, movimentos sociais, petições etc. Ela atribui a essas práticas um papel complementar à prática formal de representação. Inclusive atribui a elas o papel de moldar e atualizar o sistema formal, que deve incluir esses posicionamentos legítimos para legitimar suas próprias ações. Esse acordo entre as demandas informais e as decisões formais afastam desapontamentos populares às ações institucionais, significando uma relação política positiva entre representante e representado.

Cláudio alerta para essa prática dos “braços partidários”, atribuindo, na história recente do Brasil, essas práticas a movimentos sociais e partidos de esquerda. Inclusive, a derrocada do apoio daqueles de cunho esquerdista da sociedade a esses movimentos se deu devido a esse descolamento dos movimentos com seus ideais, em detrimento de ganhos de recursos e posições de prestígio. Isso pode se dar tanto entre apoiadores e movimentos quanto de movimento e

governo. A renúncia de Marina Silva do cargo de Ministra do Meio Ambiente mostra que o governo abriu mão dos ideais defendidos por Marina para garantir apoio eleitoral dos setores produtivos e agropecuários. Já os movimentos que acreditam na pauta do partido e auxiliam e influenciam nesse sentido positivo, aí sim a legitimidade se mostra e é essa a prática almejada, independente de espectro político. E o filtro seria a própria sociedade. Ela quem deve questionar se aquela ação é legítima. Se é livre, espontâneo e não é financiado com dinheiro público, não há problemas em qualquer participação dessa natureza.

10) O(A) Senhor(a) já participou/participa de algum movimento social? Como é/foi a relação com os partidos políticos? (No que se refere a influenciar a agenda do Partido)

Essa pergunta visa evidenciar se algum dos candidatos já esteve “do outro lado”, participando sob a ótica de funcionamento dos movimentos sociais. E como, sob essa ótica, ele avalia a influência dos movimentos nos partidos políticos.

Em resumo, nenhum deles participou de movimentos sociais. Porém, eles dizem ideias que valem ser analisadas aqui. Fernando, desde 2017, se relaciona com o partido Novo como filiado. E diferente de antes de ser filiado, atualmente ele cobra, pois pessoas do Novo foram eleitas. Como ele defende a bandeira (princípios e valores) do Novo, ele cobra a atuação desses deputados, coisa que, segundo ele, não fazia antes, e que considera importante. E durante a campanha dialogou com outros atores que carregam consigo a bandeira da Nova Política. Esses outros atores carregavam outras bandeiras, mas, ao aceitarem as práticas da Nova Política, promoveram ótimos debates, mostrando que essa relação é mutuamente benéfica. Além de ir de encontro à polarização que contribuiu imensamente para a crise de representação do Brasil, se aproxima das soluções propostas pelas teorias participacionistas.

A ausência de debate dificulta a decisão que abarca as diversas opiniões. E, como a decisão será tomada, independente do processo escolhido, é importante promover o funcionamento dessas boas práticas para solucionar a falta de confiança nesses atores e organizações representativas. E, é através da vigilância e cobrança de que esses representantes ajam de acordo com esses princípios, que a representação será mais interligada com a bandeira do partido. Sem falar que, em caso de decisões parlamentares desconexas com o acordado dentro do partido ou com seus apoiadores da sociedade, existem outras pessoas dispostas a realizarem as atividades corretamente. Inclusive, essa é uma área importante se considerarmos

a proposta de *recall*, que atribui à sociedade maior poder de decisão sobre as ações dos representantes.

11) O(A) senhor(a) participa de algum movimento cívico como o AGORA!/Acredito/RenovaBR/RAPS. Se sim, qual a influência dessas esferas para sua carreira política e para o cenário político em si?

Esses movimentos cívicos são importantes novos atores que carregam consigo princípios que simbolizam essa Nova Política, e é importante saber se os indivíduos participam desses movimentos e quais suas opiniões sobre eles. Mesmo não tendo participado desses movimentos e organizações, os entrevistados comentaram sobre a introdução desses movimentos novos, além da contribuição destes para a almejada renovação política.

Os entrevistados atribuem o recente sucesso dessas organizações civis à falência moral das instituições formais de representação, os partidos políticos. E é nítido que, de fato, essas organizações estão ocupando a posição de prestígio e legitimidade social, forçando os partidos a se reestruturarem para sobreviverem. O fato destes serem supra-partidários também é visto pelos entrevistados com bons olhos. Ao se afastarem dos partidos atuais, com lógicas de apoio atrasadas, essas organizações dialogam diretamente com seus apoiadores, e firmam compromissos de cobrança com seus integrantes que resolvem concorrer a cargos públicos, como é o caso do RAPS. E o surgimento de organizações que defendem essas práticas, porém carregam ideologias diferentes é benéfico para o que a teoria participativa defende, que é a multiplicidade de opiniões, que, representando a rica diversidade das sociedades atuais, tornam as decisões um resultado das diversas vontades, estando de acordo com os ideais democráticos de um sistema político como o brasileiro.

Eles elogiam o papel de formadores de opinião dessas organizações. A população brasileira é crua politicamente falando, e essas organizações são fundamentais para incentivar uma maior educação política. Claro que a realização desse objetivo é vista a longo prazo, devido a situação crítica que vive a população geral brasileira. De fato, essas organizações somam à Nova Política no momento que instruem seus participantes a adotarem uma postura que, independente de ideologias e posicionamentos, deve existir em cada indivíduo que ocupa um cargo público. Fazê-los compreender que, assim como você, há inúmeras outras pessoas que acreditam em ideias diferentes, e que você, assim como elas, tentará influenciá-las através de argumentação técnica e racional, baseada em fatos e não em achismos. As esferas representativas devem ter essa qualidade de ser um espaço onde o diálogo, o respeito, a boa

conduta devem ser regras seguidas por todos. Todos são iguais perante a lei e representam indivíduos também iguais entre si. Não devendo haver, portanto, a submissão de nenhuma ideia advinda desse modelo construtivo do discurso.

Essas ideias aqui elencadas se adequam às propostas das correntes participacionistas. E parecem se sobrepôr de forma muito adequada às necessidades que o Brasil atual encara, em um duro momento de crise representativa de uma democracia jovem e imatura.

5 RESULTADOS

A revisão teórica sobre as correntes que tratam da maior participação da sociedade nos diversos modelos de democracia, uma conceituação histórica da situação política e econômica brasileira recente, a apresentação das organizações civis que buscam solucionar esses problemas e entrevistas contribuíram para melhor definir o atual momento de transformação política no Brasil. Claro que as informações contidas e aqui debatidas são apenas uma parte do imenso universo de discussões, informações e dados do mundo real, sendo totalmente passíveis de revisões, limites e outras contribuições que adicionem conteúdo relevante à essa discussão. Porém, em um momento de florescimento dessa discussão, se mostra necessário entender melhor esse fenômeno, o que ele significa bem como o que ele não significa.

Apesar de ter a participação como ponto principal de seus discursos, os entrevistados concentraram suas respostas muito mais na reconfiguração do conceito de representação através de uma reconstrução na forma de ação dos partidos políticos, notoriamente um ator importante nesse momento crítico de “crise” da democracia brasileira e um dos principais meios de ação da Velha Política. Seus esforços se concentram em afastar as práticas negativas enxergadas na Velha Política através da confecção de um novo olhar sobre as responsabilidades desses partidos, bem como alterações em seu financiamento, em seus diálogos com seus apoiadores. Além disso, sugerem mudanças no comportamento dos representantes do partido, e consequentemente também da sociedade, no que se refere à prática política em si. Mudanças relativas a como encarar as esferas formais de discussão, como se comportar, alterar as relações entre os representantes de diversos grupos no que se refere a debater as ideias, em detrimento a práticas da Velha Política como troca de favores, e negociações que tem por base benefícios individuais ou partidários desconexos com seus discursos para com a população.

É importante ressaltar que é necessária essa reformulação dos partidos políticos, e os entrevistados trazem ótimas ideias para a essa execução. Inclusive, atribuem a eles (os partidos) o dever de convocar a população, instruí-la, prestar contas a ela, serem transparentes e responsivos. Talvez a ausência, ou pouco número, de ideias que envolvam a população em espaços de maior influência formal e poder de mudança esteja justificado pelo presente nível educacional a mesma. Uma população com tantos problemas estruturais ainda não está “pronta” para ter um poder de decisão tão grande quanto os propostos pelos teóricos da corrente representativa participativa.

Até por isso aposta-se na competência de indivíduos dessa mesma sociedade que se propõem a se capacitarem e a contribuírem para a melhora dos níveis básicos dessa população, a fim de que, no futuro, a inserção da sociedade como um todo seja possível em esferas de tomadas de decisão de fato. Uma vez munidas de conhecimento, consciência tanto individual quanto coletiva, de sociedade e cidadania, talvez novas reformas mais inclusivas sejam possíveis. Por isso é importante guiar a discussão com base em experiências bem-sucedidas das ideias propostas pela teoria.

De fato, mesmo que em menor número, há propostas de maior inclusão da população em decisões sobre o funcionamento da política representativa, como por exemplo as ideias de *recall* dos representantes. Porém, é necessário dizer que, mesmo não atribuindo tanto poder decisivo, no que se refere a esferas formais de poder, os entrevistados atribuem à sociedade a total legitimidade sobre as instituições políticas que a representa. Em diversos momentos atribuem à sociedade o poder de induzir as ações que ocorrem dentro dessas esferas, através da vigilância, cobrança, manifestação de sua vontade, organização em movimentos civis. Todas essas, tidas de forma unânime pelos entrevistados, como legítimas.

Com efeito, as mudanças propostas referentes aos partidos políticos podem levar a um melhor entendimento social sobre a política, levando a Nova Política não a ser um objetivo, e sim um caminho a ser trilhado para que se chegue ao real destino, que seria uma população bem representada não só devido à integridade e boas intenções de seus representantes, além do respeito aos diferentes atores que representam grupos de iguais importâncias entre si, bem como a constante vigilância, cobrança e melhor organização da sociedade para com as ações desses representantes.

Além disso, é também unânime, entre as organizações estudadas e entrevistados, a ideia de maiores investimentos em educação no país. Uma população mais inteligente é mais

responsável pelo seu próprio destino, ideia que hoje no Brasil é muito difícil de se defender. Hoje, os representados se sentem reféns de ações completamente discricionárias de seus representantes, salvo exceções, que interferem diretamente na qualidade de vida de toda a sociedade, principalmente os mais vulneráveis que dependem da presença do Estado nas mais diversas áreas, como saúde, educação, segurança, transporte, etc.

Entendendo melhor quais são as mudanças propostas por esses novos atores, quais as opiniões sobre a política atual, quais lacunas as práticas políticas atuais impõem para o desenvolvimento saudável da sociedade em geral, podemos contribuir para uma análise direcionada aos limites e problemas que esse posicionamento traz, confluindo os esforços de intelectuais e especialistas da área para trabalharem na resolução desses limites e inconsistências, principal objetivo desse trabalho.

6 CONCLUSÃO

Após a identificação dos problemas presentes na atual política brasileira que serviu de base para uma crise de representação no país, a escolha da discussão teórica baseada na teoria de representação participativa se mostrou adequada, uma vez que nela são elencados problemas estruturais de representação que estão presentes no caso brasileiro. Além disso, as soluções propostas tanto pelas organizações civis quanto pelos entrevistados também se adequam às soluções propostas pelos teóricos dessa corrente para os problemas de representação.

Essa pesquisa se concentrou em identificar quais são os principais problemas que levaram a essa crise, quais organizações surgem desse momento, como elas enxergam seu papel transformador na sociedade, e quais soluções elas propõem para conduzir o Brasil para uma democracia renovada e fortalecida através de uma maior conexão de representantes e representados. Por último, houve a intenção de entrevistar indivíduos que sentiram a necessidade de participarem do processo político, carregando consigo ideais de renovação e inovação política no cenário brasileiro veiculadas tanto pelos partidos aos quais são filiados (Rede e Novo), quanto das organizações civis que representam o movimento da Nova Política.

Claro que há ressalvas às propostas tanto da teoria quanto da realidade brasileira analisada. Porém, na atual situação do país, é crítica, e apesar das ressalvas, as tentativas dos novos atores se concentram nessas práticas de maior inclusão social, refinamento do sistema

representativo e apostam no engajamento popular para terem a legitimidade de conduzirem esse processo de renovação política no Brasil. E, devido aos entrevistados integrarem partidos que defendem a bandeira da Nova Política, seus discursos e propostas estavam alinhados com o que as organizações defendem, salvo algumas ideias e opiniões pessoais, que foram devidamente ressaltadas e analisadas aqui.

A conclusão final do trabalho é que as novas organizações estão sabendo construir uma argumentação que se mostra necessária para resolver diversos problemas na atuação política brasileira. E seus posicionamentos coesos com os discursos estão atraindo, aos poucos, os brasileiros novamente para o tema da política. É importante ressaltar que as propostas das novas organizações civis se concentram muito mais em reestruturar a representação, atualmente marcada pelos vícios da Velha Política, do que em incluir a população brasileira formalmente no processo decisório institucional. Ainda assim, é mister dizer que esse crescimento das organizações e do fenômeno da Nova Política depende inteiramente de a população continuar a legitimar esses novos atores, além da continuidade do compromisso firmado por essas organizações com a sociedade. O atual momento é promissor para o Brasil. Mas é preciso ter a maturidade de transformar esse momento em uma prática contínua, afastando esse momento de ser apenas um refluxo do descontentamento popular, e aproximando-o de uma verdadeira oportunidade transformadora.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Flávia. Agência Brasil: **Brasileiro está mais consciente de suas responsabilidade social, mostra pesquisa**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-10/brasileiro-esta-mais-consciente-de-sua-responsabilidade-social-mostra-pesquisa>>. Acesso em: 22 de junho de 2019.

ALMEIDA, Debora. **Representação além das eleições**: Repensando as Fronteiras entre Estado e Sociedade. Paco Editorial, 2015.

BARIFOUSE, Rafael. BBC NEWS BRASIL: **Eleições 2018**: conheça os grupos que se elegeram para exercer ‘mandatos coletivos’ de deputados. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45871537>>. Acesso em: 01 de julho de 2019.

BENHABIB, Seyla. **Toward a deliberative model of democratic legitimacy**. In: _____. “Democracy and difference: contesting the boundaries of the political”. Princeton University Press, 1996, p. 67-94)

BRASIL, Felipe. Revista VEJA: **“Impeachment já!” Veja as 10 exigências do Movimento Brasil Livre na ‘Marcha pela Liberdade’ até Brasília**. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/felipe-moura-brasil/8220-impeachment-ja-8221-veja-as-10->

exigencias-do-movimento-brasil-livre-na-8216-marcha-pela-liberdade-8217-ate-brasilia/>. Acesso em: 01 de julho de 2019.

CONTEÚDO, Estadão. Exame: **Brasil enfrenta maior crise política dos últimos 30 anos, diz pesquisa**. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/brasil-enfrenta-maior-crise-politica-dos-ultimos-30-anos-diz-pesquisa/>>. Acesso em: 28 de junho de 2019.

DAL MOLIN, Giorgio. WERNECK, Carolina. Gazeta do Povo: **Movimentos como o MBL e Livres tem desempenho de partidos de expressão**. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/eleicoes-2018/movimentos-como-mble-livres-tem-desempenho-de-partidos-de-expressao-nacional-5wzlc3wip8fpckomq1yvvd25b/>>. Acesso em: 30 de junho de 2019.

DANTAS, Alexandre. **A Crise de representatividade no Brasil**. 2014. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/29423/a-crise-da-representatividade-no-brasil>>. Acesso em: 23 de junho de 2019.

MACEDO, Isabella. Congresso em Foco: **Movimentos de renovação política elegem mais de 30 deputados e senadores**. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes/movimentos-de-renovacao-politica-elegem-mais-de-30-deputados-e-senadores/>>. Acesso em: 30 de junho de 2019.

MANCEBO, Deise. **Crise político-econômica no Brasil: Breve Análise da Educação Superior**, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v38n141/1678-4626-es-es0101-73302017176927.pdf>>. Acesso em: 28 de junho de 2019.

MBL. Site Oficial do MBL: **Propostas Aprovadas no Primeiro Congresso Nacional do Movimento Brasil Livre em novembro de 2015**. Disponível em: <<http://mbl.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2017/05/propostas-mbl.pdf>>. Acesso em: 01 de julho de 2019.

MIGUEL, LUIS FELIPE. **Deliberacionismo e os limites da crítica: uma resposta**. Opinião Pública (UNICAMP. Impresso), v. 20, p. 118-131, 2014.

MIGUEL, L. F.. **Resgatar a participação: democracia participativa e representação política no debate contemporâneo**. Lua Nova (Impresso), v. 100, p. 83-118, 2017.

Movimento Acredito: **conheça**. Disponível em: <<https://www.movimentoacredito.org/site/#conheca>>. Acesso em: 22 de junho de 2019.

Movimento Agora!. **Perguntas frequentes**. Disponível em: <<http://www.agoramovimento.com/perguntas-frequentes/>>. Acesso em: 22 de junho de 2019.

Movimento Muitas. **Página Oficial**. Disponível em: <<https://www.somosmuitas.com.br/>>. Acesso em: 22 de junho de 2019.

Movimento Nós. **Página Oficial**. Disponível em: <<https://nosmovimenta.com.br/>>. Acesso em: 22 de junho de 2019.

Movimento RenovaBR: **o que fazemos**. Disponível em: <<https://renovabr.org/o-que-fazemos/>>. Acesso em: 22 de junho de 2019.

ODILLA, Fernanda. BBC NEWS BRASIL: **5 razões pelas quais é tão difícil renovar a política brasileira**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44532552>>. Acesso em: 28 de junho de 2019.

OLIVEIRA, Marília S.. **Estudo de Caso: Movimento ambientalista e o Partido dos Trabalhadores no Brasil.** (mimeo)

OLIVEIRA, Marília S.. **Movimento para instituições:** ambientalistas, partidos políticos e a liderança de Marina Silva. 2016.

Organização das Nações Unidas. Site Oficial da ONU: **Relatório do Banco Mundial afirma que Brasil conseguiu praticamente erradicar extrema pobreza.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/relatorio-banco-mundial-afirma-que-brasil-conseguiu-praticamente-erradicar-extrema-pobreza/>>. Acesso em: 28 de junho de 2019.

QUINTÃO, Thales. 2014. **Democracia participativa e deliberativa:** congruências ou modelos em disputa? Disponível em: <https://www.academia.edu/30131921/Democracia_participativa_e_deliberativa_congru%C3%A4ncias_ou_modelos_em_disputa>. Acesso em: 24 de junho de 2019.

SCHMITT, Rogério. Congresso em Foco: **O brasileiro está se politizando?**. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/opiniao/colunas/o-brasileiro-esta-se-politizando/>>. Acesso em: 22 de junho de 2019.

SILVA, Marina. Site Oficial Marina Silva: **Propostas e Valores que vão além, muito além da lacração.** Disponível em: <<https://marinasilva.org.br/propostas-principios-e-valores-que-vao-alem-muito-alem-da-lacrao/>>. Acesso em: 28 de junho de 2019.

ZARET, David. **Petitions and the invention of public opinion in the English Revolution.** The American Journal of Sociology, Chicago, v. 101, n. 6, p. 1497-1555, may 1996.